



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Flávia Machado Castelo Branco

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Direitos dos Utilizadores -

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Direitos dos Utilizadores

Flávia Machado Castelo Branco

ISCAC | 2018

Coimbra, maio de 2018



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Flávia Machado Castelo Branco

**O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
- Direitos dos Utilizadores -**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitadoria**, realizada sob a orientação do Professor Especialista Armando Ferreira Soares Veiga.

Coimbra, maio de 2018

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

“Men are only as good as their technical development allows them to be.”

George Orwell, “Inside the Whale, and other essays”

Aos meus avós.

A base de tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho tornou-se possível graças à cooperação e auxílio de várias pessoas às quais não posso deixar de expressar a minha profunda gratidão e estima, que serão eternas. Em particular:

Ao Dr. Armando Veiga, que, atenta, cuidadosa e zelosamente orientou este trabalho e o caminho correto a percorrer para que o mesmo chegasse a este porto.

Aos meus pais e avós, que sempre me prestaram auxílio motivacional e económico ao longo de todo o meu trajeto académico, *conditio sine qua non* para conseguir chegar à lavra deste trabalho que me possibilitará obter o grau de mestre.

Ao meu irmão que com a sua tenra idade, espera de mim amor e um exemplo a seguir o que sempre me impeliu (e impelirá!) a fazer mais e sempre melhor.

Ao Afonso, que, sempre paciente e carinhoso me apoiou diariamente ao longo de todo o trabalho, vivendo cada avanço e recuo no mesmo como se de uma tarefa sua se tratasse.

RESUMO

O início deste trabalho incidirá numa breve expedição pelo cronograma que levou à coesão da Europa, *per se*, e seguidamente passaremos a uma explanação das necessidades socioeconómicas que levaram à imperiosa necessidade da UE criar o RGPD em que debruçaremos atenções.

O segundo capítulo será centrado nos Direitos Fundamentais dos utilizadores que lhes são consagrados por fontes legais diversas do RGPD, mas que deverão ser convergentes. Neste capítulo atentaremos com especial cuidado no direito interno português.

No capítulo subsequente ilustraremos de que modo deverá ser feito o tratamento de dados pessoais no âmbito de aplicação do RGPD.

Os quatro capítulos seguintes irão incidir de modo individualizado em cada um dos direitos que o RGPD consagra aos titulares dos dados pessoais: o direito de acesso aos dados pessoais, o direito de atualização e retificação, o direito à portabilidade de dados e o direito ao esquecimento.

No capítulo 8.º clarificaremos quais os mecanismos que o RGPD introduz para garantir a proteção dos direitos dos utilizadores.

Por fim terminaremos esta dissertação com a enunciação e apreciação crítica de algumas conclusões a que foi possível chegar graças à elaboração deste trabalho.

Palavras-chave:

RGPD

UE

Utilizadores

Informação

Proteção

Dados

Pessoais

Direitos

Fundamentais

Tratamento

Retificação

Limitação

Acesso

Portabilidade

Esquecimento

ABSTRACT

The beginning of this paper as the purpose of briefly exploring the timeline that led to Europe's cohesion, *per se*. It will also enunciate the socioeconomical circumstances that elicited the urging necessity from the EU to create the GDPR, the main topic of this paper.

The second chapter will focus on users' Fundamental Rights, which are embodied in other legal sources apart from the GDPR, but that must be convergent. In this chapter, the portuguese internal law will be specially scrutinized on these matters.

The following chapter will explain how to apply the GDPR in what concerns the processing of personal data.

The next four chapters will focus individually in each of the rights that the GDPR establishes to the controllers of personal data: the of access by the data subject; the right to rectification; the right to data portability; and the right to erasure.

The eighth chapter will clarify the tools provided by the GDPR in order to ensure the protection of users' rights.

Finally, the last section will be devoted to the discussion and conclusions that this research made possible.

Keywords:

GDPR

EU

Users

Information

Protection

Data

Personal

Rights

Fundamental

Processing

Rectification

Limitation

Access

Portability

Erasure

ÍNDICE

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas.....	xi
INTRODUÇÃO	1
1 – Enquadramento	4
1.1 – Uma Europa Unida.....	4
1.2 – Regulamentação em matéria de proteção de dados pessoais	6
1.3 – O RGPD	8
2 – O Direito à Proteção de Dados Pessoais	10
2.1 – Na Declaração Universal dos Direitos do Homem	10
2.2 – Na Convenção Europeia dos Direitos do Homem	10
2.3 – Na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia	11
2.4 – No Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.....	12
2.5 – No Ordenamento Jurídico Português	13
3 – O Tratamento de Dados Pessoais no RGPD.....	18
4 – O Direito de Acesso aos Dados Pessoais	27
5 – O Direito de Atualização e Retificação	31
6 – O Direito à Portabilidade de Dados	33
7 – O Direito ao Esquecimento.....	41
7.1 – O Direito à limitação do tratamento.....	41
7.2 – O Direito de oposição.....	43
7.3 – O Direito a Ser Esquecido.....	46
8 – Mecanismos para a Efetivação da Proteção dos Dados dos Utilizadores.....	50
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
Bibliografia:	62
Netografia:	63
Jurisprudência:	63

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

Art. – Artigo;

Arts. – Artigos;

CC – Código Civil;

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem;

CRP – Constituição da República Portuguesa;

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos;

EUR – Euros (€);

GT 29 – Grupo de Trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de Dados;

LPDP – Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro);

N.º – Número;

N.ºs – Números;

Ob. Cit. – Obra citada;

Pág. – Página;

PP – páginas;

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016);

TFUE – Tratado de Funcionamento da União Europeia;

TUE – Tratado da União Europeia;

UE – União Europeia;

V.g. – *Verbi grata*.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa a obtenção do grau de mestre e nela abordaremos os direitos dos utilizadores consagrados no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados¹ (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016), que é diretamente aplicável aos atuais 28 Estados Membros e que entrará em vigor a 25 de maio de 2018.

O RGPD encontra-se ainda numa fase embrionária no que diz respeito à concretização dos seus articulados e, em concreto, aos direitos dos utilizadores nele consagrados. A dissertação que ora apresentamos não só é pertinente como premente, quer própria carência de bibliografia centrada na temática que iremos abordar ao longo deste trabalho, quer pela atualidade que esta matéria possui.

O plano de estudos do Mestrado em Solicitadoria em que a candidata ao grau de mestre se encontra inscrita concede curso de especialização em Solicitadoria de Empresa, pelo que entendemos que, no âmbito desta especialização, investigar e abordar os direitos dos utilizadores consagrados no RGPD é da maior importância, uma vez que no seu futuro profissional a candidata poderá oferecer serviços aos diferentes ramos do tecido empresarial português que visem salvaguardar os direitos dos seus utilizadores em consonância com o RGPD.

O RGPD entrará em vigor escassos dias antes da entrega deste trabalho, parecendo-nos que o tecido empresarial bem como os utilizadores nacionais, têm ao seu dispor poucos recursos para procederem a uma correta aplicabilidade do RGPD. Como tal, pretende-se ainda que esta dissertação possa vir a ser, de algum modo, uma ferramenta útil para auxiliar a implementação do Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016.

A metodologia de investigação fundamentalmente utilizada foi pesquisa bibliográfica. Consultou-se e analisou-se de forma exaustiva a legislação versada sobre matérias que nos possibilitem responder à questão a que nos propomos responder nesta dissertação e que traça o nosso objetivo último. Examinaram-se, ainda, pareceres emitidos pelo Grupo de Trabalho do Artigo 29 sobre a aplicabilidade do RGPD, sempre

¹ De ora avante: RGDP.

na ótica dos direitos dos utilizadores que advêm desse normativo legal provindo do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia.

Pretendemos, ao longo da dissertação, responder de modo detalhado, exato e claro à questão «**Quais os direitos dos utilizadores que advêm do RGPD?**».

Da colocação desta questão resultará uma delimitação de matérias que serão objeto da nossa investigação: dela não farão parte os direitos de personalidade e o direito à privacidade que daí advêm, nem os direitos conferidos aos titulares dos dados aquando da transferência dos seus dados pessoais para países terceiros, nem tão pouco especificaremos a questão do tratamento de categorias especiais de dados pessoais previstos no art. 9.º do RGPD. Importa esclarecer que esta nossa opção de delimitação de matérias se prende com o facto de cada uma destas matérias, *per se*, constituir objeto suficiente para uma dissertação autónoma. Estas matérias serão, no entanto, abordadas tangencialmente, e apenas quando se logre a sua referência para uma correta explanação e consequente compreensão do nosso ponto de vista nas matérias em que centraremos o nosso estudo.

Tentaremos, ao longo do trabalho e sempre que possível, recorrer a exemplos práticos do quotidiano dos utilizadores para que também esse recurso possa auxiliar a uma correta e ampla compreensão das temáticas explanadas. Iremos, ainda, tecer algumas apreciações críticas que nos pareçam relevantes, à medida que formos avançando na explicitação das várias temáticas que constituem o nosso trabalho.

Parece-nos relevante toda a discussão a que assistimos atualmente, em torno do RGPD, da sua aplicabilidade efetiva e do modo como as organizações vão poder cumprir o que se espera delas, para que os titulares dos dados vejam os seus direitos protegidos e garantidos. Mas é também importante, numa primeira etapa, fazer uma demarcação clara dos direitos dos utilizadores que se pretendem blindados com a entrada em vigor do RGPD. Importará traçar a amplitude efetiva que cada um dos direitos abrangerá para que, então, possa ser possível delinear um plano para que as organizações possam proteger e garantir esses mesmos direitos. Pareceu-nos mais correto fazer a explanação através de uma individualização dos “novos” direitos consagrados aos titulares dos dados pessoais, ou seja, trataremos cada um dos direitos separada e individualmente, embora com intersecção de matérias sempre que tal se justifique para uma correta e exata compreensão dos assuntos que formos abordando.

O propósito derradeiro que se pretende alcançar com a elaboração desta dissertação é que ela possa ser útil, quer para que as organizações, numa primeira análise saibam que direitos têm de garantir, quer para que, de modo acessível, os titulares dos dados possam tomar conhecimento dos direitos que o RGPD lhes concede. Apenas tendo conhecimento do catálogo de direitos que agora lhes são conferidos, os titulares dos dados conseguirão exigir, de facto, que os seus direitos sejam respeitados.

Acreditamos que esta dissertação poderá trazer algo de novo e de relevo dentro da área da proteção de dados, num plano em que a sua compreensão seja acessível inclusive fora do meio académico.

1 – Enquadramento

Iniciaremos a lavra deste trabalho com uma expedição breve pelo cronograma que levou a Europa a criar o RGPD. Acreditamos que perceber os motivos primários que levaram à génese da própria União Europeia será um auxílio precioso para uma profunda e exata compreensão das várias dimensões do RGPD e dos direitos dos utilizadores que nele vêm consagrados.

1.1 – Uma Europa Unida

A ideia de uma Europa unida surge séculos antes dos avanços tecnológicos e socioeconómicos que tornaram imperiosa e urgente a génese de regulamentação em matéria de proteção de dados pessoais no seio da UE.

Vejamos do início.

A primeira metade do Século XX foi fortemente marcada por dois grandes conflitos armados que tiveram repercussões devastadoras à escala mundial, mas que em primeira análise tiveram início no continente europeu. Ainda hoje existem por todo o globo terrestre marcas profundas das duas Guerras Mundiais; no entanto, essas marcas são muito mais profundas e vincadas na Europa e nas suas gentes.

MANUEL LOPES PORTO relembra que “a criação das Comunidades foi em grande medida determinada pela necessidade de se garantir paz, com o afastamento de motivos que pudessem contribuir para um terceiro conflito, (...) sendo este um sonho básico dos Países Fundadores, (...) pode dizer-se que foi cumprido, estando afastada qualquer hipótese de guerra entre países europeus, tal como se verificou no passado”².

A União Europeia que hoje conhecemos foi-se materializando através de realizações específicas e concretas, não foi uma empreitada conjunta dos países que atualmente a constituem. A pedra basilar que ainda hoje é o sustentáculo da UE é a ideia de solidariedade comum; foi esta ideia que permitiu a edificação de uma autoridade

² PORTO, Manuel Carlos Lopes (2016), “Teoria da Integração e Políticas da União Europeia”, 5.^a Edição, Edições Almedina, S.A., pág. 452.

supranacional que, naturalmente, foi crescendo, ganhando força e que foi sendo alvo de várias metamorfoses sempre que se deparava com uma nova necessidade específica e concreta³, até chegar ao que hoje conhecemos como União Europeia.

AINTOINE MASSON & PAUL NIHOUL explicam que “inicialmente, a ordem jurídica europeia repousava em três Tratados correspondentes a três «Comunidades»: o Tratado CECA, relativo à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o Tratado CEE, respeitante à Comunidade Económica Europeia, e o Tratado Euratom, referente à Comunidade Europeia da Energia Atómica”⁴.

O Tratado de Maastricht veio, posteriormente, instaurar “uma União Europeia assente em «três pilares». As diferentes comunidades foram agrupadas num primeiro pilar, o da política externa e de segurança comum (PESC) e o da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos (JAI)”⁵. O Tratado de Amesterdão veio introduzir profundas alterações na base europeia dos «três pilares», traduzindo-se na “institucionalização da cooperação diferenciada como modelo jurídico de crescimento e aprofundamento da integração europeia”⁶; encontrou-se em Amsterdão “um quadro comum, inovador, quanto aos mecanismos de produção normativa e de garantia jurisdicional das normas adotadas neste âmbito”⁷. O Tratado de Nice veio acrescentar três aspetos singulares: “reforma institucional que o alargamento pressionou a fazer, alterando a composição da Comissão e a maioria qualificada no Conselho; desenvolvimento das cooperações reforçadas”⁸ e, posteriormente, o Tratado de Lisboa trouxe-nos o que é hoje a União Europeia.

No art. 1.º do Tratado de Lisboa é instituída a UE, ato que “assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos”⁹.

3 Cfr. MASSON, Antoine e, NIHOUL, Paul (2012), “Direito da União Europeia, Direito Institucional e Direito Material”, Edições Piaget, pág. 30.

4 Cfr. MASSON, Antoine e, NIHOUL, Paul (2012), *ob. cit.*, pág. 50.

5 MASSON, Antoine e, NIHOUL, Paul (2012), *ob. cit.*, pág. 50.

6 6 Cfr. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008), “Direito Comunitário”, 5.ª Edição, Edições Almedina, S.A., pág. 68.

7 Cfr. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008), *ob. cit.*, pág. 73.

8 Cfr. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008), *ob. cit.*, pág. 86.

9 Cfr. art. 1.º, do Tratado de Lisboa.

O objetivo da UE passa também por “promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos”¹⁰. Caberá à UE promover para “os seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno”¹¹. Sem dúvida que para que seja possível almejar a concretização da sua missão, parte do trabalho da UE será o da proteção sólida e coerente dos dados pessoais dos cidadãos.

1.2 – Regulamentação em matéria de proteção de dados pessoais

Um dos maiores desafios que com que as comunidades europeias se depararam – não estando ainda, absolutamente ultrapassado – foi o desafio da coesão económica, fruto dos sucessivos alargamentos e da integração de novas e diferentes realidades. Naturalmente que existem grandes desequilíbrios económicos entre os diversos Estados-Membros, que se vão contornando graças às políticas de coesão económica que agora requerem a maior fatia do orçamento da UE. Havendo ainda um longo caminho a percorrer, existe muito mérito no caminho que já se encontra percorrido¹²; a estratégia tem estado assente “na assunção simultânea de determinados compromissos, com base em várias vias de intervenção, cuja prossecução deveria ser acompanhada através de indicadores estabelecidos”¹³.

Dois dos compromissos assumidos pela UE são a concretização de um mercado único e a realização de uma sociedade de conhecimento assente na informação, na investigação, no desenvolvimento, na educação e no capital humano¹⁴. Para que estes compromissos sejam exequíveis é imperativo que também as matérias de proteção de

10 Cfr. n.º 1, do art. 3.º do Tratado de Lisboa.

11 Cfr. n.º 2, do art. 3.º do Tratado de Lisboa.

12 Cfr., PORTO, Manuel Carlos Lopes (2016), *ob. cit.*, pág. 453.

13 PORTO, Manuel Carlos Lopes (2016), *ob. cit.*, pág. 455.

14 Cfr., PORTO, Manuel Carlos Lopes (2016), *ob. cit.*, pág. 455.

dados pessoais sejam regulamentadas (sem vazio legal) e que a sua aplicabilidade seja transversal a todos os Estados-Membros.

ALBERTO DE SÁ E MELLO relembra que “a técnica, o fabuloso investimento económico que lhe está ligado, a importância – também cultural – da circulação e acesso a *toda* a informação não deixam que o Direito possa alhear-se das novas realidades emergentes da atividade humana hodierna”¹⁵, pelo que, “desde os anos 70 que, a nível internacional, se começaram a evidenciar as primeiras preocupações na elaboração de diplomas que protegessem os cidadãos contra sistemas de informação automatizada que representassem perigos de intromissão indevida na sua vida privada, (...) na Convenção n.º 108 relativa à “Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados Pessoais””¹⁶.

Mas foi a Diretiva 95/46/CE¹⁷ que veio introduzir as maiores e mais profundas alterações a nível de proteção dos direitos e liberdades das pessoas, no que concerne aos dados que lhes digam respeito. A Diretiva salientava que os “os sistemas de tratamento de dados devem “respeitar as liberdades e os direitos fundamentais das pessoas singulares e contribuir para o progresso económico e social, o desenvolvimento do comércio e o bem-estar dos indivíduos” (ponto n.º 2 dos considerandos). Neste contexto e numa perspetiva de desenvolvimento do mercado interno, reconhece-se ser primordial assegurar a livre circulação de dados pessoais nos Estados-Membros como corolário lógico da livre circulação de mercadorias, de pessoas, dos serviços e de capitais (cf. Considerando n.º 3)”¹⁸. Foi, indubitavelmente, a Diretiva 95/46/CE que desbravou o caminho que possibilitou e originou a aprovação do RGPD.

15 Cfr. MELLO, Alberto de Sá (1999), “Tutela Jurídica das Bases de Dados”, *in* ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO DIREITO INTELECTUAL, *Direito da Sociedade de Informação Vol. I*, Coimbra Editora, pág. 112.

16 GUERRA, Amadeu (2001), “A Lei da Protecção de Dados Pessoais”, *in* ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO DIREITO INTELECTUAL, *Direito da Sociedade de Informação Vol. II*, Coimbra Editora, pág. 146.

17 Agora revogada pelo n.º 1, do art. 94.º, do RGPD.

18 Cfr. GUERRA, Amadeu (2001), *ob. cit.*, pág. 147.

1.3 – O RGPD

O RGPD “tem como objetivo contribuir para a realização de um espaço de liberdade, segurança e justiça e de uma união económica, para o progresso económico e social, a consolidação e a convergência das economias a nível do mercado interno e para o bem-estar das pessoas”¹⁹. É da maior importância que se consiga “assegurar um nível coerente de proteção das pessoas singulares no conjunto da União e evitar que as divergências constituam um obstáculo à livre circulação de dados pessoais no mercado interno, é necessário um regulamento que garanta a segurança jurídica e a transparência aos operadores económicos, incluindo as micro, pequenas e médias empresas, que assegure às pessoas singulares de todos os Estados-Membros o mesmo nível de direitos suscetíveis de proteção judicial e imponha obrigações e responsabilidades iguais aos responsáveis pelo tratamento e aos seus subcontratantes, que assegure um controlo coerente do tratamento dos dados pessoais, sanções equivalentes em todos os Estados-Membros, bem como uma cooperação efetiva entre as autoridades de controlo dos diferentes Estados-Membros”²⁰.

O §2, do art. 288.º do TFUE dispõe acerca dos regulamentos que possuem carácter geral, são obrigatórios em todos os seus elementos e serão aplicáveis a todos os Estados-Membros, diretamente. Querera isto dizer que os regulamentos sejam, *per se*, suficientes ao ponto de eximirem os Estados-Membros de qualquer ato legislativo complementar? Não necessariamente: haverá situações em que “os Estados devem regular as violações do direito comunitário através de condições substantivas e processuais análogas às aplicáveis às violações similares do direito interno e que, de qualquer forma, confirmem à sanção um carácter dissuasivo, efetivo e proporcionado”²¹. O RGPD “também dá aos Estados-Membros margem de manobra para especificarem as suas regras, inclusive em matéria de tratamento de categorias especiais de dados pessoais («dados sensíveis»). Nessa medida, o presente regulamento não exclui o direito dos

19 Cfr. parte final do considerando (2), do RGPD.

20 Cfr. parte inicial do considerando (13), do RGPD.

21 Cfr. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008), “Direito Comunitário”, 5.ª Edição, Edições Almedina, S.A., pág. 278.

Estados-Membros que define as circunstâncias de situações específicas de tratamento, incluindo a determinação mais precisa das condições em que é lícito o tratamento de dados pessoais”²².

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados surge como resposta e fruto da “rápida evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais. A recolha e a partilha de dados pessoais registaram um aumento significativo. As novas tecnologias permitem às empresas privadas e às entidades públicas a utilização de dados pessoais numa escala sem precedentes no exercício das suas atividades. As pessoas singulares disponibilizam cada vez mais as suas informações pessoais de uma forma pública e global. As novas tecnologias transformaram a economia e a vida social e deverão contribuir para facilitar a livre circulação de dados pessoais na União e a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção dos dados pessoais”²³. Em suma, RGPD ergue-se como resposta à atual exigência de “um quadro de proteção de dados sólido e mais coerente na União”²⁴.

22 Cfr. considerando (10), do RGPD.

23 Cfr. considerando (6), do RGPD.

24 Cfr. parte inicial do considerando (7), do RGPD.

2 – O Direito à Proteção de Dados Pessoais

A redação do RGPD inicia-se com o esclarecimento de que “a proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental”²⁵. Será, então, esta a afirmação que exploraremos ao longo do presente capítulo, nas suas várias dimensões.

2.1 – Na Declaração Universal dos Direitos do Homem

A DUDH, no seu art. 12.º, declara que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei”.

É justamente para dar o acolhimento legal previsto neste art. 12.º da DUDH que a União Europeia e os Estados-Membros que a constituem se têm vindo a debruçar atenta e cuidadosamente sobre as mais diversas questões que visem a efetiva proteção de dados pessoais.

2.2 – Na Convenção Europeia dos Direitos do Homem

A CEDH garante o direito à proteção de dados pessoais no seu art. 8.º, sob a epígrafe «Direito ao respeito pela vida privada e familiar». Inicialmente, o direito à proteção de dados pessoais era entendido como sendo um dos direitos tutelados pelo direito ao respeito pela vida privada e familiar²⁶.

O n.º 1 do art. 8.º da CEDH dispõe que “qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência”, e nem por parte das autoridades públicas poderá haver interferência “no exercício deste direito

²⁵ Considerando (1), do RGPD.

²⁶ Atualmente, é já entendido como um direito totalmente independente.

senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infrações penais, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros”²⁷.

2.3 – Na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia

J. J. GOMES CANOTILHO elucida que “a elaboração de uma carta europeia de direitos fundamentais pretende recortar um conjunto de direitos juridicamente vinculativos das instituições da União Europeia. O seu primeiro objetivo é, assim, a *positivação* de direitos através da sua incorporação jurídica no ordenamento da União. Em segundo lugar, pretende-se positivar os direitos conferindo-lhes um valor de *Fundamental Rights* e atribuindo-lhes uma hierarquia materialmente superior no quadro das fontes de direito da União Europeia. Significa isto a *fundamentalização* formal e material desses direitos. *Fundamentalização formal* porque as normas da carta deverão ser incluídas no tratado e aí colocadas no grau hierarquicamente superior da ordem jurídica e comunitária”²⁸.

O art. 8.º da Carta de Direitos Fundamentais da EU, sob a epígrafe «Proteção de dados pessoais», garante a proteção dos direitos que abordaremos com detalhe neste trabalho. A todas as pessoas é atribuído o direito de proteção de dados pessoais que lhes digam respeito²⁹, sendo que “esses dados devem ser objeto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respetiva retificação”³⁰. Ficará a cargo de uma

27 Cfr. n.º 2, do art. 8.º, da CEDH.

28 Cfr. RIQUELMO, Ana Luísa, VENTURA, Catarina Sampaio, ANDRADE, J. C. Vieira de, CANOTILHO, J. J. Gomes, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, RAMOS, R. M. Moura, e, MOREIRA, Vital (2001), Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, Coimbra Editora, pág. 13.

29 Cfr. redação do n.º 1, do art. 8.º, da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

30 Cfr. redação do n.º 2, do art. 8.º, da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

autoridade independente a confirmação do cumprimento destas regras, cfr. disposto no n.º 3 do supramencionado art. 8.º.

ANA LUÍSA RIQUINHO, explicita que “o *direito à reserva da vida privada* é justamente um daqueles que mais tem exigido do *pouvoir créateur* dos juízes de Estrasburgo. Isto porque o artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem se revela obsoleto por apenas contemplar a proteção da “correspondência”, numa altura em que o intercâmbio pessoal de informação lança mão sobretudo das técnicas digitais de comunicação. A realidade das novas tecnologias deverá, pois, ser acolhida, na nova Carta”³¹.

O direito à proteção de dados pessoais foi-se autonomizando desde o primigénio direito à privacidade, daí o facto de se encontrar disposto em artigo próprio e independente, “na verdade, ele passou a ser uma guarda avançada de todas as liberdades”³².

J. C. VIEIRA DE ANDRADE conclui que “a proteção substantiva dos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses não será nunca prejudicada pela entrada em vigor da Carta e pode ganhar bastante com o reforço das garantias dos cidadãos, em especial no âmbito das atuações comunitárias e na de alguns Estados membros”³³.

2.4 – No Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Também o TFUE dedica especial cuidado à proteção de dados pessoais, no seu art. 16.º. O seu n.º 1 dispõe que “todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”. A redação deste articulado é em tudo semelhante à redação do n.º 1, do art. 8.º, da Carta de Direitos Fundamentais da EU.

31 Cfr. RIQUINHO, Ana Luísa, VENTURA, Catarina Sampaio, ANDRADE, J. C. Vieira de, CANOTILHO, J. J. Gomes, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, RAMOS, R. M. Moura, e, MOREIRA, Vital (2001), *ob. cit.*, pág. 65.

32 Cfr. RIQUINHO, Ana Luísa, VENTURA, Catarina Sampaio, ANDRADE, J. C. Vieira de, CANOTILHO, J. J. Gomes, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, RAMOS, R. M. Moura, e, MOREIRA, Vital (2001), *ob. cit.*, pág. 66.

33 Cfr. RIQUINHO, Ana Luísa, VENTURA, Catarina Sampaio, ANDRADE, J. C. Vieira de, CANOTILHO, J. J. Gomes, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, RAMOS, R. M. Moura, e, MOREIRA, Vital (2001), *ob. cit.*, pp. 87-88.

De acordo com o TFUE caberá ao Parlamento Europeu e ao Conselho deliberar, em processo legislativo ordinário, as normas “relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições, órgãos e organismos da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de atividades relativas à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados. A observância dessas normas fica sujeita ao controlo de autoridades independentes”³⁴. Será esta a disposição legal que, efetivamente, levou à génese do RGPD³⁵.

2.5 – No Ordenamento Jurídico Português

Dedicaremos, de seguida, especial cuidado ao modo como o Ordenamento Jurídico português trata as matérias de proteção de dados.

O art. 16.º da CRP, sob a epígrafe «Âmbito e sentido dos direitos fundamentais», dispõe no seu n.º 1 que “os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional”. Quer isto dizer que os direitos fundamentais que constam na CRP serão complementares aos demais previstos em legislação internacional, e deverão ser “interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”³⁶, que já aqui abordámos. Salientamos que o disposto no art. 16.º da CRP é complementar ao disposto no art. 8.º da CRP. Importa ainda salientar, no âmbito do nosso trabalho, o seu n.º 4, onde é estatuído que “as disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respetivas competências³⁷, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo Direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático”.

34 Cfr. redação do n.º 2, do art. 16.º, do TFUE.

35 Uma vez que o Regulamento é oriundo do Parlamento Europeu e do Conselho.

36 Cfr. redação do n.º 2, do art. 16.º, da CRP.

37 Como o RGPD.

A nível europeu a Constituição portuguesa³⁸ foi a primeira a estatuir sobre matérias de proteção de dados pessoais³⁹. CATARINA SARMENTO E CASTRO explana “o poder do indivíduo de determinar por si mesmo a divulgação e a utilização dos dados relativos à sua pessoa. Conclui-se, então, que não seria compatível com o direito à autodeterminação informativa uma ordem social e jurídica na qual o cidadão não pudesse saber quem, o quê, quando e com que motivo sabe alguma coisa sobre ele. Este direito está entre nós expressamente previsto no art. 35.º da Constituição como direito fundamental, e é um direito especial de personalidade que protege o cidadão dos perigos que pode causar o uso da informática”⁴⁰.

J. J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA esclarecem que, “De uma forma global, o art. 35.º consagra a proteção dos cidadãos perante o tratamento de dados pessoais informatizados. A fórmula *tratamento* abrange não apenas a individualização, fixação e recolha de dados, mas também a sua conexão, transmissão, utilização e publicação. O enunciado linguístico *dados* é o plural da expressão latina *datum* e está utilizada na Constituição no sentido que hoje lhe empresta a ciência informática: representação convencional de informação, sob a forma analógica ou digital, possibilitadora do seu tratamento automático (introdução, organização, gestão e processamento de dados)”⁴¹. Daqui advirá o moderno direito à autodeterminação informacional que se tem densificado como “dando a cada pessoa o direito de controlar a informação disponível a seu respeito, impedindo-se que a pessoa se transforme em «simples objeto de informações»”⁴².

38 Também a nível internacional esta redação foi relevante uma vez que o “Article 35 of the 1976 Portuguese Constitution was instrumental for the later worldwide proliferation of constitutional recognition of access to personal data. It was indeed one of the major sources of inspiration for the drafters of the Brazilian Constitution of 1988, which addressed the issue of access through the notion of *habeas data*, an expression today particularly popular in Latin America (and sometimes depicted as a response to the divergences between the US and the EU)” in FUSTER, Gloria González (2014), *The Emergence of Personal Data Protection as a Fundamental Right of the EU*, Law, Governance and Technology Series 16, Springer, pág. 67.

39 CASTRO, Catarina Sarmento e (2005), *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*, Edições Almedina SA, pág. 32.

40 CASTRO, Catarina Sarmento e (2005), *ob. cit.*, pág. 29.

41 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *Constituição da República Portuguesa Anotada – Vol. I*, 4.ª Edição, Coimbra Editora, pág. 550.

42 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pág. 551.

O direito à autodeterminação informacional vai exigir uma clara proteção “quanto ao «desvio dos fins» a que se destinam essas informações. Daí as exigências jurídico-constitucionais relativas às finalidades das informações: (1) *legitimidade*; (2) *determinabilidade*; (3) *explicitação*; (4) *adequação e proporcionalidade*; (5) *exatidão e atualidade*; (6) *limitação temporal*”⁴³.

Alguns dos direitos dos titulares dos dados que veremos ao longo da nossa investigação não surgem *ex novo* com o RGPD⁴⁴, eles eram já garantidos no ordenamento jurídico interno. Vejamos, “o direito ao conhecimento dos dados pessoais existentes em registos informáticos (nº 1) é uma espécie de direito básico nesta matéria (*habeas data* já lhe chamaram) e desdobra-se, por sua vez, em vários direitos, designadamente: (a) o *direito de acesso*, ou seja, o direito de conhecer os dados constantes de registos informáticos, quaisquer que eles sejam (públicos ou privados); (b) o *direito ao conhecimento da identidade dos responsáveis, bem como o direito ao esclarecimento* sobre a finalidade dos dados; (c) o *direito de contestação*, ou seja, direito à retificação dos dados e sobre identidade e endereço do responsável; (d) o *direito de atualização* (cujo escopo fundamental é a correção do conteúdo dos dados em caso de desatualização); (e) finalmente, o *direito à eliminação* dos dados cujo registo é interdito (cfr. nº 3). O direito de acesso, além de universal (i. é, vale para todos os registos, sejam públicos ou privados), não pode ficar dependente de condições que restrinjam o seu exercício (v. g., pagamento de uma taxa excessivamente onerosa)”⁴⁵.

O n.º 3 do art. 35.º da CRP deverá ser interpretado à luz do disposto no art. 26.º da CRP, uma vez que é este normativo legal que garante, no seu n.º 1, a reserva da intimidade da vida privada e familiar, reconhecendo a todos “os direitos à identidade

43 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pág. 553.

44 Poderá reter-se, do considerando (9), que os direitos dos utilizadores são antes condensados no RGPD a fim de combaterem a fragmentação da aplicação da proteção dos dados a nível da União, combatendo inseguranças jurídicas e o sentimento generalizado da opinião pública de que subsistiam riscos relevantes para a proteção das pessoas singulares. Existiam grandes disparidades entre o modo como os Estados-Membros garantiam o direito à proteção dos dados pessoais, e estas diferenças constituíam obstáculos ao exercício das atividades económicas a nível da UE.

45 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pp. 551-552.

pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra”⁴⁶.

As pessoas não terão apenas o direito de saberem “o que a seu respeito consta dos registos informáticos, mas também o direito de que esses dados sejam ressaltados contra a devassa ou difusão (n.ºs 2, 3, 4 e 7)”⁴⁷.

A CRP estabelece “uma interdição absoluta de tratamento informático de certos tipos de dados pessoais, (...) trata-se de isentar de todo em todo dos perigos do registo informático aqueles dados que têm a ver com a esfera de convicção pessoal (religião, filosofia), com a esfera de opção política e sindical (filiação política e sindical), com a esfera da vida privada e com a origem étnica”⁴⁸.

Também o nosso CC “consagra o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, incluindo-o entre os chamados “direitos de personalidade” (artigos 70.º a 80.º do Código Civil), sem, no entanto, definir os contornos desta figura”⁴⁹.

O Código Penal Português previa, no seu art. 193.^{o50}, penas de prisão até 2 anos pela violação de quem criasse, mantivesse ou utilizasse ficheiro automatizados de dados individualmente identificáveis e referentes a convicções políticas, religiosas ou filosóficas, à filiação partidária ou sindical, à vida privada, ou a origem étnica⁵¹; no entanto, este artigo foi substituído pelos crimes da LPDP⁵², que agora serão substituídos pelos dispostos presentes no capítulo VII (Vias de recurso, responsabilidade e sanções) do RGPD.

46 “A lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias”, cfr. art. 26.º, n.º 2, da CRP.

47 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pág. 554.

48 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pág. 555.

49 Cfr., MARQUES, Garcia e, MARTINS Lourenço (2006), *Direito da Informática*, 2.ª Edição, Almedina, pág. 157.

50 “O Artigo 193º do Código Penal (devassa por meio da informática) foi revogado e substituído pelos crimes da Lei de Proteção de Dados Pessoais” cfr. plasmado no Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 05/11/2013 (Ana Barata Brito), Processo n.º 679/05.7TAEVR.E2, in <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/e73273ac5593613880257de10056fc81?OpenDocument>, acedido a 29 de maio de 2018.

51 Cfr. redação do art. 193.º do Código Penal.

52 Arts. 43.º (Não cumprimento de obrigações relativas a proteção de dados) e 47.º (Violação do dever de sigilo) da LPDP. A LPDP, cfr. art. 1.º, transpunha para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, o RGPD revoga a Diretiva n.º 95/46/CE no seu art. 94.º, n.º 1, pelo que, também a LPDP se encontrará revogada à presente data.

Dispõe o art. 17.º do Código de Trabalho, sob a epígrafe «Proteção de dados pessoais», no seu n.º 1, que “o empregador não pode exigir a candidato a emprego ou a trabalhador que preste informações relativas: (a) à sua vida privada, salvo quando estas sejam estritamente necessárias e relevantes para avaliar a respetiva aptidão no que respeita à execução do contrato de trabalho e seja fornecida por escrito a respetiva fundamentação; (b) à sua saúde ou estado de gravidez, salvo quando particulares exigências inerentes à natureza da atividade profissional o justifiquem e seja fornecida por escrito e respetiva fundamentação⁵³”. A violação destes dispostos irá conferir contra-ordenação muito grave, nos termos do n.º 5 do art. 17.º do Código de Trabalho. Naturalmente que o trabalhador ou o candidato que fornecer informações de caráter pessoal irá gozar do direito de acesso a esses dados, “podendo tomar conhecimento do seu teor e dos fins a que se destinam, bem como exigir a sua retificação e atualização”⁵⁴. Todos os dados pessoais que o empregador detenha ficarão sujeitos à aplicabilidade do RGPD⁵⁵.

O direito à proteção dos dados pessoais previsto no art. 35.º da CRP “é um dos direitos liberdades e garantias em que o seu destinatário direto não é somente o Estado e as entidades públicas em geral, mas também as entidades privadas detentoras de ficheiros de dados pessoais (empresas, partidos políticos, sindicatos, associações, etc.). Todos estão sujeitos aos limites e obrigações enunciados neste artigo e nas correspondentes leis concretizadoras”⁵⁶.

53 Estas informações previstas na alínea b) serão fornecidas a um médico “que só pode comunicar ao empregador se o trabalhador está ou não apto a desempenhar a atividade”, cfr. dispõe o n.º 2, do art. 17.º, do Código de Trabalho.

54 Art. 17.º, n.º 3, do Código de Trabalho.

55 Cfr. n.º 4, do art. 17.º, do Código de Trabalho.

56 Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *ob. cit.*, pág. 557.

3 – O Tratamento de Dados Pessoais no RGD

Neste capítulo, e antes de nos focarmos nos direitos dos utilizadores consagrados no RGD, explicitaremos, de forma abreviada, de que modo será lícito realizar o tratamento de dados. Atentaremos, ainda, em alguns princípios e conceitos que alicerçam a aplicabilidade do RGD, e que, por isso, consideramos essenciais à sua explanação *a priori* para que se consiga uma profunda e correta compreensão dos assuntos que trataremos nos capítulos ulteriores.

Importa, antes de mais, atentar no art. 4.º do RGD, que nos fornece os conceitos basilares para o estudo deste regulamento, especificamente nos conceitos de «Dados pessoais» e «Tratamento». Define o n.º 1 do supramencionado art. 4.º, que “«Dados pessoais», informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”. Será este o conceito vastíssimo que quereremos abarcar sempre que utilizarmos a expressão «dados pessoais» ao longo do nosso trabalho⁵⁷. O n.º 2 do art. 4.º do RGD define como “«Tratamento», uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição”. Ora, os direitos que iremos estudar ao longo de todo este trabalho serão

⁵⁷ CATARINA SARMENTO E CASTRO clarifica que “é muito comum identificar-se “dados pessoais” como o nome de uma pessoa, mas isso não está correto. Não só listagens de nomes contêm dados pessoais, (...) aliás, o que verdadeiramente torna “apetecível” uma listagem de nomes, é o facto de estes estarem associados a outras características: v.g., uma listagem de pessoas com determinada profissão, ou que padeçam de uma certa doença”, *in* CASTRO, Catarina Sarmento e (2005) *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*, Edições Almedina SA, pág. 70.

sempre referentes ao tratamento de dados pessoais, ou seja, a conjugação destes dois conceitos.

O n.º 11 do art. 4.º do RGPD, fornece-nos a definição de «Consentimento», que para efeitos do regulamento objeto do nosso estudo, surge, naturalmente, associado ao titular de dados, ou seja, importa o consentimento do titular dos dados que no caso é “uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento”⁵⁸. O consentimento no âmbito de aplicação do RGPD é de tal modo importante que as condições pelas quais se deverão reger se encontram plasmadas no art. 7.º do RGPD, e encontram-se, ainda, clarificadas detalhadamente nos considerandos (32), (33), (42) e (43) do RGPD, para que na sua efetiva materialização dúvidas não surjam⁵⁹.

O tratamento de dados pessoais só será lícito – Princípio da licitude – nos termos do RGPD, “se e na medida em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações: o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas; o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados; o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; o tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular; o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento; o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se

⁵⁸ Cfr. art. 4.º, n.º 11, do RGPD.

⁵⁹ O consentimento e os pressupostos em que o mesmo deverá estar assente não são novidade no RGPD. A Diretiva 95/46/CE já o previa “como um fundamento geral de licitude (art. 7.º) e como fundamento específico em certos contextos (art. 8.º, n.º 2, alínea a) e art. 26.º, n.º 1, alínea a)). O artigo 7.º faz referência ao consentimento como primeiro de seis fundamentos diferentes para legitimar o tratamento de dados pessoais. O art. 8.º, por seu lado, prevê a possibilidade do consentimento legitimar o tratamento, que de outra forma seria proibido, de categorias especiais de dados (sensíveis). Neste caso, o grau de exigência para obtenção de consentimento é mais elevado, uma vez que este consentimento ultrapassa o grau de exigência normal, devendo ser «explícito»”, cfr. Parecer 15/2011, 01197/11/PT, WP187, sobre a definição de consentimento, adotado em 13 de julho de 2011, emitido pelo Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do Artigo 29.º, pág. 7.

prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança^{60,61}.

O consentimento é, como acabámos de ver, de acordo com o plasmado no n.º 1 do art. 6.º do RGPD, “um de entre vários fundamentos legais para o tratamento de dados pessoais. Desempenha um papel importante, mas não exclui a possibilidade, dependendo do contexto, de outros fundamentos serem, porventura, mais apropriados, tanto do ponto de vista do responsável pelo tratamento como da pessoa em causa. Se for utilizado incorretamente, o controlo da pessoa em causa torna-se ilusório e o consentimento constitui uma base inadequada para o tratamento de dados”⁶². O consentimento do titular de dados “sempre foi um conceito-chave na proteção de dados pessoais. No entanto, nem sempre é claro em que situações é necessário tal consentimento nem que condições têm que estar preenchidas para aquele ser válido”⁶³. Pelo que será importante que se verifiquem os pressupostos dispostos nos arts. 7.º e 8.º do RGPD. De acordo com o plasmado no art. 7.º, n.º 1, “quando o tratamento for realizado com base no consentimento, o responsável pelo tratamento deve poder demonstrar que o titular dos dados deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais”, por isso mesmo, o consentimento deverá ser dado num suporte duradouro. Caso “o consentimento do titular de dados for dado no contexto de uma declaração escrita que diga respeito a outros assuntos, o pedido de consentimento deve ser apresentado de uma forma que o distinga claramente desses outros assuntos de modo

60 O tratamento de dados referentes a menores para além de se reger pelo art. 7.º, de carácter mais generalista, é também regulamentado pelo art. 8.º do RGPD, pois como esclarece o considerando (38) “as crianças merecem proteção especial quanto aos seus dados pessoais, uma vez que podem estar menos cientes dos riscos, consequências e garantias em questão e dos seus direitos relacionados com o tratamento dos dados pessoais. Essa proteção específica deverá aplicar-se, nomeadamente, à utilização de dados pessoais de crianças para efeitos de comercialização ou de criação de perfis de personalidade ou de utilizador, bem como à recolha de dados pessoais em relação às crianças aquando da utilização de serviços disponibilizados diretamente às crianças. O consentimento do titular das responsabilidades parentais não deverá ser necessário no contexto de serviços preventivos ou de aconselhamento oferecidos diretamente a uma criança”. Ainda sobre este assunto importa ressaltar que “sempre que o tratamento lhes seja dirigido, qualquer informação e comunicação deverá ser redigida numa linguagem clara e simples que a criança compreenda facilmente”, cfr. plasmado na parte final do considerando (58) do RGPD.

61 Cfr. art. 6.º, n.º 1, do RGPD.

62 Cfr. Parecer 15/2011, 01197/11/PT, WP187, sobre a definição de consentimento, adotado em 13 de julho de 2011, emitido pelo Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do Artigo 29.º, pág. 2.

63 Cfr. Parecer 15/2011, 01197/11/PT, WP187, sobre a definição de consentimento, adotado em 13 de julho de 2011, emitido pelo Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do Artigo 29.º, pág. 3.

inteligível e de fácil acesso e numa linguagem clara e simples”⁶⁴. A qualquer momento o titular dos dados poderá retirar o seu consentimento ⁶⁵, e essa retirada de consentimento deverá ser solicitada com a mesma facilidade com que o consentimento haja sido dado. Naturalmente que o consentimento deverá ser dado de forma completamente livre, “ao avaliar se o consentimento é dado livremente, há que verificar com a máxima atenção se, designadamente, à execução de um contrato⁶⁶, inclusive a prestação de um serviço, está subordinada ao consentimento para o tratamento de dados pessoais que não é necessário para a execução desse contrato”⁶⁷. Se o responsável pelo tratamento de dados descobrir que um consentimento foi dado à luz da antiga legislação e que o mesmo não atende ao padrão de consentimento previsto no RGPD deverá tomar medidas para que esse consentimento passe a cumprir esses padrões⁶⁸. O art. 8.º do RGPD, sob a epígrafe «condições aplicáveis ao consentimento de crianças em relação aos serviços da sociedade de informação», estatui que “quando for aplicável o artigo 6.º, n.º 1, alínea a), no que respeita à oferta direta de serviços da sociedade de informação às crianças, dos dados pessoais de crianças é lícito se elas tiverem pelo menos 16 anos. Caso a criança tenha menos de 16 anos, o tratamento só é lícito se e na medida em que o

64 Cfr. n.º 2, do art. 7.º, do RGPD.

65 Cfr. n.º 3, do art. 7.º, do RGPD.

66 Acerca do tratamento de dados para execução de pressupostos contratuais, pode ler-se nas Guidelines on consent under Regulation 2016/679, 17/EN, WP 259 rev. 01, com última redação revista e adotada em 10 de abril de 2018, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados que, “According to Opinion 06/2014 of WP29, the term “necessary for the performance of a contract” needs to be interpreted strictly. The processing must be necessary to fulfil the contract with each individual data subject. This may include, for example, processing the address of the data subject so that goods purchased online can be delivered, or processing credit card details in order to facilitate payment. In the employment context, this ground may allow, for example, the processing of salary information and bank account details so that wages can be paid. There needs to be a direct and objective link between the processing of the data and the purpose of the execution of the contract”, pág. 8.

67 Cfr. n.º 4, do art. 7.º, do RGPD.

68 “If a controller finds that the consent previously obtained under the old legislation will not meet the standard of GDPR consent, then controllers must undertake action to comply with these standards, for example by refreshing consent in a GDPR-compliant way. Under the GDPR, it is not possible to swap between one lawful basis and another. If a controller is unable to renew consent in a compliant way and is also unable – as a one off situation – to make the transition to GDPR compliance by basing data processing on a different lawful basis while ensuring that continued processing is fair and accounted for, the processing activities must be stopped. In any event the controller needs to observe the principles of lawful, fair and transparent processing”, in Guidelines on consent under Regulation 2016/679, 17/EN, WP 259 rev. 01, com última redação revista e adotada em 10 de abril de 2018, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados, pág. 31.

consentimento seja dado ou autorizado pelos titulares das responsabilidades parentais da criança”⁶⁹.

O princípio da transparência é o princípio fundamental para o tratamento de dados; os “direitos dos titulares dos dados emanam, igualmente, do princípio da transparência”⁷⁰. Enunciando “o princípio da transparência exige que as informações ou comunicações relacionadas com o tratamento desses dados pessoais sejam de fácil acesso e compreensão, e formuladas numa linguagem clara e simples. Esse princípio diz respeito, em particular, às informações fornecidas aos titulares dos dados sobre a identidade do responsável pelo tratamento dos mesmos e os fins a que o tratamento se destina, bem como às informações que se destinam a assegurar que seja efetuado com equidade e transparência para com as pessoas singulares em causa, bem como a salvaguardar o seu direito a obter a confirmação e a comunicação dos dados pessoais que lhes dizem respeito que estão a ser tratados. As pessoas singulares a quem os dados dizem respeito deverão ser alertadas para os riscos, regras, garantias e direitos associados ao tratamento dos dados pessoais e para os meios de que dispõem para exercer os seus direitos relativamente a esse tratamento”⁷¹. Este princípio ainda “exige que qualquer informação destinada ao público ou ao titular dos dados seja concisa, de fácil acesso e compreensão, bem como formulada numa linguagem clara e simples, e que se recorra, adicionalmente, à visualização sempre que for adequado”⁷².

O disposto pelo art. 12.º, do RGPD, sob a epígrafe «Transparência das informações das comunicações e das regras para exercício dos direitos dos titulares dos dados» deverá sempre ser remetido para o n.º 1 do art. 5.º do RGPD, onde aparecem

69 Cfr. redação do n.º 1, do art. 8.º, do RGPD. Ainda sobre esta matéria clarifica o GT 29 que “regarding the authorization of a holder of parental responsibility, the GDPR does not specify practical ways to gather the parent’s consent or to establish that someone is entitled to perform this action. Therefore, the WP29 recommends the adoption of a proportionate approach, in line with Article 8(2) GDPR and Article 5(1)(c) GDPR (data minimization). A proportionate approach may be to focus on obtaining a limited amount of information, such as contact details of a parent or guardian”, in *Guidelines on consent under Regulation 2016/679*, 17/EN, WP 259 rev. 01, com última redação revista e adotada em 10 de abril de 2018, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados, pág. 26.

70 GUERRA, Amadeu (2001), “A Lei da Protecção de Dados Pessoais”, in ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO DIREITO INTELECTUAL, *Direito da Sociedade de Informação Vol. II*, Coimbra Editora, pág. 163.

71 Cfr. plasmado no considerando (39), do RGPD.

72 Cfr. redação da parte inicial do considerando, (58), do RGPD.

enunciados os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais⁷³: princípio da licitude, lealdade e transparência; princípio da limitação das finalidades; princípio da minimização dos dados; princípio da exatidão; princípio da limitação da conservação e princípio da integridade e confidencialidade. Oportunamente, veremos, com detalhe, outros princípios enunciados pelo n.º 1 do art. 5.º do RGPD.

No momento em que “os dados pessoais forem recolhidos junto do titular, o responsável pelo tratamento faculta-lhe, aquando da recolha desses dados pessoais, as seguintes informações: (a) a identidade e os contactos do responsável pelo tratamento e, se for caso disso, do seu representante; (b) os contactos do encarregado da proteção de dados, se for caso disso; (c) as finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como o fundamento jurídico para o tratamento; (d) se o tratamento dos dados se basear no artigo 6.º, n.º 1, alínea f)⁷⁴, os interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de um terceiro; (e) os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais, se os houver; (f) se for caso disso, o facto de o responsável pelo tratamento tencionar transferir dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.º ou 47.º, ou no artigo 49.º, n.º 1⁷⁵, segundo parágrafo, a referência às garantias apropriadas ou adequadas e aos meios de obter cópia das mesmas, ou onde foram disponibilizadas”⁷⁶.

73 Já vimos alguns destes princípios e outros veremos mais à frente, sempre que tal se logre pertinente para a explanação de cada um dos direitos dos utilizadores que formos abordando.

74 Onde é estatuído que “o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança. O primeiro parágrafo, alínea f), não se aplica ao tratamento de dados efetuado por autoridades públicas na prossecução das suas atribuições por via eletrónica”.

75 Não tendo sido tomada qualquer decisão por parte da Comissão relativamente a um país terceiro, um território ou um ou mais setores específicos de um país terceiro, ou uma organização internacional que garanta um nível de proteção adequado para rececionar transferências de dados, os responsáveis pelo tratamento ou subcontratantes só poderão efetuar a transferência de dados “se tiverem apresentado garantias adequadas, e na condição de os titulares dos dados gozarem de direitos oponíveis e de medidas jurídicas corretivas eficazes” (cfr. art. 46.º, n.º 1, do RGPD). Essas garantias encontram-se enunciadas nos n.ºs 2, 3, 4 e, 5, do art. 46.º. O art. 47.º estabelece detalhadamente as regras que irão vincular as empresas que pretendam fazer transferência de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais. O art. 47.º remete-nos para o disposto no art. 63.º do RGPD, onde é previsto que em toda a UE deverá haver cooperação entre várias autoridades de controlo a fim de se alcançar uma aplicação efetivamente coerente no RGPD no seio da UE e, sendo relevante, a Comissão, através do procedimento de controlo da coerência, também poderá intervir com a finalidade de alcançar a efetiva cooperação e

O responsável pelo tratamento de dados irá fornecer informações complementares às que já enunciámos, a fim de garantir um tratamento equitativo e transparente⁷⁷. Do mesmo modo, irá dar conhecimento ao utilizador do “prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo”⁷⁸; da existência do direito que o utilizador tem para “solicitar ao responsável pelo tratamento acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação ou o seu apagamento, e a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, ou do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados”⁷⁹; do direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado”⁸⁰ nas situações em que o tratamento se baseie no artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou no artigo 9.º, n.º 2, alínea a); do “direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo”⁸¹; da obrigação legal ou contratual de comunicação de dados pessoais perfazer requisito ou não para a celebração de um contrato, “bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados”⁸² e ainda da “existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, referida no artigo 22.º, n.ºs 1 e 4, e, pelo menos nesses casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal

coerência. O art. 49.º estabelece, por seu turno, as derrogações para situações específicas que se encontram enunciadas ao longo do art. e que serão aplicáveis “na falta de uma decisão de adequação nos termos do artigo 45.º, n.º 3, ou de garantias adequadas nos termos do artigo 46.º, designadamente de regras vinculativas aplicáveis às empresas, as transferências ou conjunto de transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais” (cfr. redação do n.º 1, do art. 49.º, do RGPD). Toda esta matéria prevista no CAPÍTULO V (Transferência de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais) é da maior importância, uma vez que “a circulação de dados pessoais, com origem e destino quer a países não pertencentes à União quer a organizações internacionais, é necessária ao desenvolvimento do comércio e da cooperação internacionais. O aumento dessa circulação criou novos desafios e novas preocupações em relação à proteção dos dados pessoais”, cfr. considerando (101). O RGPD “não prejudica os acordos internacionais celebrados entre a União Europeia e países terceiros que regulem a transferência de dados pessoais, incluindo as garantias adequadas em benefício dos titulares dos dados” (cfr. considerando (102), do RGPD).

76 Cfr. redação do n.º 1, do art. 13.º, do RGPD.

77 Estabelece a alínea a), do n.º 1, do art. 5.º do RGPD que a transparência é um dos pilares de verificação imperativa para o tratamento de dados em conformidade com o Regulamento.

78 Cfr. alínea a), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

79 Cfr. alínea b), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

80 Redação da alínea c), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

81 Cfr. alínea d), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

82 Cfr. alínea e), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

tratamento para o titular dos dados”⁸³. Sempre que os dados pessoais não forem recolhidos junto do titular a que digam respeito, os pressupostos enunciados anteriormente juntar-se-ão os estatuídos no art. 14.º do RGPD.

Todo o procedimento que deve acompanhar a recolha de dados, *per se*, é da maior importância para que o tratamento dos mesmos venha a ser concretizado em plena conformidade com o RGPD.

O objeto e o objetivo deste diploma legal encontram-se definidos no seu art. 1.º, “o presente regulamento não se aplica ao tratamento de dados pessoais efetuado por pessoas singulares no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas e, portanto, sem qualquer ligação com uma atividade profissional ou comercial”⁸⁴. O regulamento institui as regras referentes à proteção de pessoas singulares no que respeitará aos dados pessoais que lhes digam respeito e à circulação desses mesmos dados⁸⁵. Dispõe o n.º 2, do art. 1.º, que “o presente regulamento defende os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares, nomeadamente o seu direito à proteção dos dados pessoais”. O objeto do diploma serão as medidas que visem a proteção dos dados pessoais de pessoas singulares e a livre circulação dos mesmos, enquanto que o objetivo será a defesa dos direitos, liberdades e garantias que ocorrerão da efetiva proteção dos dados pessoais, bem como da sua livre circulação.

O plasmado no art. 2.º do RGPD delimita o âmbito de aplicação material que o Regulamento terá. O RGPD aplicar-se-á “ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados”⁸⁶.

A delimitação negativa do âmbito de aplicação material é feita através do disposto no n.º 2 do art. 2.º do RGPD. O RGPD não se aplicará ao tratamento de dados pessoais efetuado: no exercício de atividades não sujeitas à aplicação do direito da União; pelos Estados-Membros no exercício de atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do título V, capítulo 2, do TUE (referente às Disposições Específicas relativas à política externa e de Segurança Comum); por uma pessoa singular no exercício de

⁸³ Cfr. alínea f), do n.º 2, do art. 13.º, do RGPD.

⁸⁴ Cfr. considerando (18), do RGPD.

⁸⁵ Cfr. n.º 1, do art. 1.º, do RGPD.

⁸⁶ Cfr. art. 2.º, n.º 1, do RGPD.

atividades exclusivamente pessoais ou domésticas; pelas autoridades competentes para o efeito de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou da execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública.

O RGPD não irá prejudicar “a aplicação da Diretiva 2000/31/CE, nomeadamente em matéria de responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços previstas nos seus artigos 12.º a 15.º”⁸⁷. O âmbito de aplicação territorial é traçado no art. 3.º, do RGPD. O regulamento aplicar-se-á “ao tratamento de dados pessoais efetuado no contexto de atividades de um estabelecimento de um responsável pelo tratamento ou de um subcontratante situado no território da União, independentemente de o tratamento ocorrer dentro ou fora da União”⁸⁸.

O RGPD será aplicável no tratamento de dados pessoais de utilizadores residentes no território da União, ainda que efetuado por um responsável pelo tratamento ou subcontratante que não esteja estabelecido nesse território, sempre que as atividades de tratamento se correlacionem com: a oferta de bens e serviços a esses titulares de dados na União, independentemente da exigência de os titulares dos dados procederem a um pagamento; o controlo do seu comportamento, desde que esse comportamento ocorra em território da União⁸⁹. Dispõe o n.º 3 do art. 3.º, que o Regulamento “aplica-se ao tratamento de dados pessoais por um responsável pelo tratamento estabelecido não na União, mas num lugar em que se aplique o direito de um Estado-Membro por força do direito internacional público”.

O RGPD dispõe que “deverão ser previstas regras para facilitar o exercício pelo titular dos dados dos direitos que lhe são conferidos ao abrigo do presente regulamento, incluindo procedimentos para solicitar e, sendo caso disso, obter a título gratuito, em especial, o acesso a dados pessoais, a sua retificação ou o seu apagamento e o exercício do direito de oposição”⁹⁰.

87 Cfr. redação do n.º 4, do art. 2.º, do RGPD.

88 Cfr. letra da lei do n.º 1, do art. 3.º, do RGPD.

89 Cfr. art. 3.º, n.º 2, do RGPD.

90 Cfr. considerando (59), do RGPD.

4 – O Direito de Acesso aos Dados Pessoais

O direito de acesso aos dados pessoais encontra-se previsto no art. 15.º do RGPD. O exercício deste direito é da maior importância, uma vez que será *conditio sine qua non* para o exercício dos demais direitos consagrados no RGPD.

O direito de acesso aos dados pessoais, que estudaremos neste capítulo, não surge *ex novo* com a entrada em vigor do RGPD; ele encontrava-se já previsto no art. 35.º da CRP, onde é estatuído que “todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito”. Também na Diretiva 95/46/CE⁹¹, que o RGPD vem substituir e revogar, no art. 12.º encontrava-se já consignado este direito, tendo, no entanto, uma amplitude de aplicação muito mais vasta. Com a entrada em vigor do RGPD o direito de acesso ganha novos contornos, dando origem a “novos” direitos que se autonomizam do primitivo «direito de acesso». Surgem assim individualizados e autonomizados os direitos de retificação e de apagamento ou bloqueio que, anteriormente eram encarados como direitos integrantes do direito de acesso.

Nos termos do n.º 1, art. 15.º, do RGPD, “o titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às seguintes informações: (a) as finalidades do tratamento dos dados; (b) as categorias dos dados pessoais em questão; (c) os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais; (d) se for possível, o prazo previsto de conservação dos dados pessoais, ou, se não for possível, os critérios usados para fixar esse prazo; (e) a existência do direito de solicitar ao responsável pelo tratamento a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais no que diz respeito ao titular dos dados, ou do direito de se opor a esse tratamento; (f) o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo; (g) se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações

91 A LPDP, que transpunha para a ordem jurídica interna a Diretiva 95/46/CE, consagrava já o direito de acesso no seu art. 11.º, com redação e amplitude de concretização em tudo semelhante à que era dada pela Diretiva 95/46/CE.

disponíveis sobre a origem desses dados; (h) a existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis referida no artigo 22.º, n. os 1 e 4, e, pelo menos nesses casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados”⁹².

O titular dos dados sempre que os seus “dados pessoais forem transferidos para um país terceiro ou uma organização internacional, o titular dos dados tem o direito de ser informado das garantias adequadas, nos termos do artigo 46.º relativo à transferência de dados”⁹³.

Institui o n.º 3 do art. 15.º do RGPD que “o responsável pelo tratamento fornece uma cópia dos dados pessoais em fase de tratamento. Para fornecer outras cópias solicitadas pelo titular dos dados, o responsável pelo tratamento pode exigir o pagamento de uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, e salvo pedido em contrário do titular dos dados, a informação é fornecida num formato eletrónico de uso corrente”. O direito de obter uma cópia não poderá prejudicar os direitos e as liberdades de terceiros⁹⁴.

O RGPD prevê, no n.º 3 do art. 12.º, que o responsável pelo tratamento de dados, após rececionar do utilizador um pedido de acesso a dados pessoais terá de fornecer as informações sobre as medidas tomadas sem demora injustificada e no prazo de um mês a contar da data da receção do pedido⁹⁵.

Dispõe o considerando (64) que “o responsável pelo tratamento deverá adotar todas as medidas razoáveis para verificar a identidade do titular dos dados que solicite o acesso, em especial no contexto de serviços e de identificadores por via eletrónica”. Aqui a razoabilidade de medidas para a verificação da identidade dos utilizadores ficará ao critério do responsável pelo tratamento de dados, pelo que as medidas adotadas

92 Sendo que essas informações deverão ser fornecidas ao titular dos dados pelo responsável pelo tratamento no momento em que lhe são fornecidos os dados, como já vimos no capítulo anterior.

93 Cfr. n.º 2 do art. 15.º do RGPD.

94 Cfr. com o plasmado no n.º 4 do art. 15.º do RGPD.

95 Dispõe ainda o mesmo normativo legal que, “esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. O responsável pelo tratamento informa o titular dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida por meios eletrónicos, salvo pedido em contrário do titular”.

poderão ser drasticamente díspares entre os diferentes responsáveis pelo tratamento de dados, e podem, ainda, ser diversas cfr. o Estado-Membro onde seja efetuado o tratamento haja legislado ou não sobre esta matéria. Consideramos que será difícil, na prática, que nesta matéria se consiga uniformização relativamente ao *modus operandi* dos responsáveis pelo tratamento de dados, pelo que acreditamos que o legislador europeu deverá, em busca da uniformização, emitir, pelo menos, um parecer clarificando esta matéria.

O direito de acesso aos dados a que temos vindo a fazer referência é respeitante a dados pessoais a que o próprio titular terá o direito de aceder. No entanto, o RGPD “permite tomar em consideração o princípio do direito de acesso do público aos documentos oficiais na aplicação do mesmo. O acesso do público aos documentos oficiais pode ser considerado de interesse público. Os dados pessoais que constem de documentos na posse dessas autoridades públicas ou organismos públicos deverão poder ser divulgados publicamente por tais autoridades ou organismos, se a divulgação estiver prevista no direito da União ou do Estado-Membro que lhes for aplicável. Essas legislações deverão conciliar o acesso do público aos documentos oficiais e a reutilização da informação do setor público com o direito à proteção dos dados pessoais e podem, pois, prever a necessária conciliação com esse mesmo direito nos termos do presente regulamento. A referência a autoridades e organismos públicos deverá incluir, nesse contexto, todas as autoridades ou outros organismos abrangidos pelo direito do Estado-Membro relativo ao acesso do público aos documentos”⁹⁶.

No ordenamento jurídico português é a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto que regulamenta o acesso aos documentos administrativos, onde no n.º 1, do seu art. 2.º, é disposto que “o acesso e a reutilização da informação administrativa são assegurados de acordo com os demais princípios da atividade administrativa, designadamente os princípios de igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da colaboração com os particulares”. A Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto institui que “todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende o direito de consulta, de reprodução e

⁹⁶ Cfr. considerando (154), do RGPD.

de informação sobre a sua existência e conteúdo”⁹⁷. As restrições ao exercício deste direito de acesso vêm enunciadas no art. 6.º, enquanto que o art. 12.º explicita como deverá ser solicitado o acesso aos documentos administrativos nos termos da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

⁹⁷ Direito de acesso nos termos do art. 5.º, n.º 1, da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

5 – O Direito de Atualização e Retificação

O direito de atualização e retificação encontra-se consagrado no art. 16.º, do RGPD. Consubstancia-se no “direito de obter, sem demora injustificada, do responsável pelo tratamento a retificação dos dados pessoais inexatos que lhes digam respeito. Tendo em conta as finalidades do tratamento, o titular dos dados tem direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional”⁹⁸.

O RGPD prevê, no n.º 3 do art. 12.º, que o responsável pelo tratamento de dados, após rececionar do utilizador um pedido de atualização e/ou retificação de dados pessoais, terá de fornecer as informações sobre as medidas tomadas sem demora injustificada e no prazo de um mês a contar da data da receção do pedido⁹⁹.

O direito de atualização e retificação de dados pessoais não surge *ex novo* com o RGPD, pois encontrava-se já previsto no art. 35.º da CRP, onde é estatuído que a todos os cidadãos é dada a possibilidade de exigirem a retificação e atualização dos dados informatizados que lhes digam respeito. Também na Diretiva 95/46/CE¹⁰⁰, que o RGPD vem substituir e revogar, na alínea b) do art. 12.º¹⁰¹, este direito vinha consagrado como elemento integrante do direito de acesso. Naturalmente que o exercício do direito de atualização e retificação continuará estreitamente, correlacionado com o exercício do direito de acesso que já aqui abordámos, pois, só após exercer o seu direito de acesso é

98 Cfr. redação do art. 16.º do RGPD.

99 Dispõe ainda o mesmo normativo legal que “esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. O responsável pelo tratamento informa o titular dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida por meios eletrónicos, salvo pedido em contrário do titular”.

100 A LPDP, que transpunha para a ordem jurídica interna a Diretiva 95/46/CE, consagrava o direito de retificação na alínea d), do n.º 1 do seu art. 11.º, onde estatuiu que “o titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados”.

101 “Os Estados-Membros garantirão às pessoas em causa o direito de obterem do responsável pelo tratamento, consoante o caso, a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente diretiva, nomeadamente ao carácter incompleto ou inexato desses dados”.

que o titular dos dados saberá indicar quais os que lhe digam respeito é que pretende atualizar ou retificar.

O exercício deste direito deverá ser tendencialmente gratuito para o titular dos dados pessoais¹⁰². No momento em que ocorre a recolha dos dados pessoais o titular dos dados terá de ser informado pelo responsável pelo tratamento de que poderá exercer este direito¹⁰³ de atualização e retificação.

O responsável pelo tratamento de dados terá de comunicar a cada destinatário a quem os dados pessoais tenham sido transmitidos qualquer retificação a que se tenha procedido, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Se o titular dos dados o solicitar, o responsável pelo tratamento fornece-lhe informações sobre os referidos destinatários, nos termos do disposto no art. 19.º do RGPD.

O facto de o direito de atualização e retificação se ter autonomizado do direito de acesso passando a ter artigo próprio, denota por um lado que terá ganho relevo junto dos titulares dos dados pessoais que buscam o controlo e o conhecimento total dos dados que lhes digam respeito e por outro, que, provavelmente, não lhe era atribuído o cuidado merecido e necessário para o seu efetivo exercício. Acreditamos que tais problemas terão sido solucionados com a redação final e entrada em vigor do RGPD que veio autonomizar o direito de atualização e retificação, conferindo-lhe maior relevo e trazendo garantias mais robustas que garantirão um bom exercício deste direito por parte dos utilizadores.

102 Cfr. parte inicial do considerando (59) do RGPD.

103 Cfr. alínea a), do n.º 2, do art. 13.º do RGPD.

6 – O Direito à Portabilidade de Dados

O Direito à Portabilidade dos dados é uma novidade introduzida pelo RGPD, no seu art. 20.º. Acreditamos que esta novidade será uma mais valia para os utilizadores no seu quotidiano, talvez a novidade que maior utilidade lhes trará. Vejamos detalhadamente.

O utilizador terá “o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir”¹⁰⁴ mediante o cumprimento de determinados requisitos cumulativos. O tratamento de dados terá de se firmar no consentimento¹⁰⁵ e terá de ser realizado com recurso a meios automatizados”¹⁰⁶.

Dispõe o n.º 4 do art. 20.º do RGPD que, exercendo o seu direito de portabilidade, “o titular dos dados tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja possível”.

Vejamos um exemplo prático. Um utilizador que tenha um contrato de seguro multirriscos habitação com a Seguradora X decide alterar de seguradora, pretendendo passar a subscrever um seguro multirriscos habitação com a Seguradora Y. Exercendo o seu direito à portabilidade, poderá solicitar ao responsável pelo tratamento de dados da Seguradora X que transmita os seus dados ao responsável pelo tratamento de dados da Seguradora Y, sendo muito mais cómodo para si realizar o novo contrato de seguro, pois não terá de fornecer todos os seus dados novamente, uma vez que os mesmos poderão ser transmitidos diretamente entre responsáveis pelo tratamento, cfr. previsto no n.º 2 do art. 20.º do RGPD.

104 Cfr. letra da lei, art. 20.º, n.º 1 do RGPD.

105 O consentimento a que nos referimos deverá ser “dado nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea a), ou num contrato referido no artigo 6.º, n.º 1, alínea b)”, cfr. o plasmado na alínea a) do n.º 1 do art. 20.º do RGPD.

106 Art. 20º, n.º 1, alínea a), do RGPD.

O GT 29 emitiu um parecer com um conjunto de orientações sobre o exercício do direito à portabilidade dos dados, uma vez que a redação do art. que consagra este direito, como vimos, é evasivo em alguns pontos. O GT 29 clarifica, antes de mais, que o direito à portabilidade está intimamente ligado ao direito de acesso, pois “este direito permite aos titulares dos dados receber os dados pessoais que tenham fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento. O objetivo deste novo direito é dar poderes ao titular dos dados e conferir-lhe um maior controlo sobre os dados pessoais que lhe dizem respeito, (...) o direito à portabilidade constitui igualmente um instrumento importante, que apoiará o livre fluxo de dados pessoais na UE e estimulará a concorrência entre os responsáveis pelo tratamento”¹⁰⁷. Esta ideia vai ao encontro do que dissemos anteriormente, e será, indubitavelmente, uma mais valia para o quotidiano dos utilizadores.

O direito à portabilidade dos dados subdivide-se, de acordo com o parecer emitido pelo GT 29, em dois direitos interdependentes. Por um lado, o utilizador tem o direito de receber os seus dados pessoais sem que isso implique uma transmissão de dados para outro responsável pelo tratamento de dados – o utilizador pode, a todo o tempo querer saber exatamente que dados um determinado responsável pelo tratamento de dados possui a seu respeito, e assim estará a exercer o seu direito de acesso – e, por outro lado, o utilizador tem o direito de transmitir os dados pessoais de um responsável para outro responsável pelo tratamento sempre que tal seja tecnicamente possível, “como tal, deve ser prestada especial atenção ao formato dos dados transmitidos, por forma a garantir que os dados possam ser reutilizados, sem dificuldades, pelo titular dos dados ou por outro responsável pelo tratamento”¹⁰⁸. No entanto, o considerando (68) do RGPD salienta que “o direito do titular dos dados a transmitir ou receber dados pessoais que lhe digam respeito não deverá implicar para os responsáveis pelo tratamento a obrigação de adotar ou manter sistemas de tratamento que sejam tecnicamente compatíveis”.

107 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 3.

108 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 5.

O responsável pelo tratamento de dados poderá solicitar junto de outro responsável pelo tratamento de dados a transmissão de dados pessoais de utilizadores, sempre que legitimados para isso por via de um pedido expresso feito pelo próprio titular desses mesmos dados a transmitir, agindo assim o responsável pelo tratamento dos dados em nome do titular dos dados. O responsável pelo tratamento de dados que rececione o pedido de transmissão provindo de outro responsável terá de se certificar de que este o fez em nome do titular, não cabendo a este, após a cessão dos dados, assegurar o cumprimento da legislação relativa à proteção de dados por parte do responsável pelo tratamento de dados que os receciona.

O exercício do direito à portabilidade não obsta ao exercício do direito prescrito no art. 17.º do RGPD, sob a epígrafe «Direito ao apagamento dos dados»¹⁰⁹. Significa isto que o direito à portabilidade não implicará obrigatória e automaticamente que os dados sejam apagados após a sua transmissão¹¹⁰, do mesmo modo que não impossibilitará que os dados sejam apagados após a sua transmissão. Concretizando, nos casos em que o titular dos dados pretenda que os seus dados sejam apagados após a transmissão dos mesmos para o novo responsável pelo tratamento terá de o solicitar, ou seja, terá de solicitar a transmissão dos dados e terá de solicitar o apagamento dos mesmos junto do responsável pelo tratamento que os haja transmitido. Mais à frente veremos de modo detalhado como poderá ser exercido o direito ao apagamento dos dados, comumente conhecido como o «direito a ser esquecido».

Sempre que o direito à portabilidade exercido seja respeitante “ao tratamento necessário para o exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento” o direito a ser esquecido não será possível, ou seja, nas situações em que seja solicitada a portabilidade de dados que tenham sido recolhidos para o tratamento de dados da autoridade pública ou para funções de interesse público os dados transmitidos não poderão ser apagados,

109 Art. 20.º, n.º 3, parte inicial, do RGPD.

110 “The exercise of the right to data portability shall be without prejudice to the data subject’s right to erasure under Art. 17 GDPR. Thus, the transmission of a data set does neither automatically entail its erasure by the transmitting controller, nor does it entail the termination of the contractual relationship between the data subject and the transmitting controller”, in BUSSCHE, Axel Von Dem e, VOIGT, Paul (2017), *The EU General Data Protection Regulation (GDPR)*, Springer, pág. 175.

cfr. dispõe a redação da parte final do n.º 3 o art. 20.º, do RGPD. Os dados pessoais poderão, nesta situação, ser objeto de portabilidade, mas não de subsequente apagamento.

O direito à portabilidade não poderá prejudicar os direitos e as liberdades de terceiros¹¹¹. Voltando ao exemplo dado anteriormente – seguro multirriscos habitação –, no caso de o contrato de seguro ter como segurados dois utilizadores e na eventualidade de apenas um deles solicitar a portabilidade dos dados, este pedido não deverá ser deferido sem a autorização do segundo segurado e titular também dos dados que se pretendem transmitidos¹¹². Caberá, nestas situações, aos responsáveis pelo tratamento determinar qual a melhor prática a seguir. Contudo, “os responsáveis pelo tratamento devem pôr em prática mecanismos de consentimento para os restantes titulares de dados em causa, no intuito de facilitar a transmissão de dados nos casos em que estas partes estão dispostas a dar o seu consentimento”¹¹³. A não verificação destes pressupostos “configura uma situação ilegal e abusiva, sobretudo se os terceiros em causa não forem informados desse facto e não puderem exercer os seus direitos enquanto titulares dos dados”¹¹⁴. Esta prática poderá gerar a uma penalização, como veremos mais à frente.

No parecer do GT 29 pode ler-se que “os responsáveis pelo tratamento de dados que respondam a um pedido de portabilidade não têm a obrigação específica de controlar e verificar a qualidade dos dados antes de os transmitirem”¹¹⁵; “o RGPD regulamenta os dados pessoais e não a concorrência”¹¹⁶, pelo que a criação de obstáculos à transmissão não é proibida o que levantará, certamente, muitas questões e eventual mau estar entre responsáveis pelo tratamento de dados de empresas concorrenciais. Todavia, o direito à portabilidade, na sua essência, pretende promover

111 Cfr. letra da lei do n.º 4, do art. 20.º do RGPD.

112 Esta ideia é ainda clarificada nas Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, onde é referido que “a fim de evitar prejudicar os terceiros envolvidos, o tratamento destes dados pessoais por outro responsável pelo tratamento apenas é permitido na medida em que os dados sejam conservados sob o controlo exclusivo do utilizador requerente e sejam geridos apenas para satisfazer necessidades exclusivamente pessoais ou domésticas. Um «novo» responsável pelo tratamento recetor (a quem os dados podem ser transmitidos mediante pedido do utilizador) não pode utilizar os dados transmitidos de um terceiro para os seus próprios fins (p. ex., propor produtos e serviços de marketing a estes outros titulares de dados terceiros)”, pág.14.

113 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 14.

114 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág.14.

115 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 7.

116 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 4.

“oportunidades de inovação e de partilha segura de dados pessoais entre responsáveis pelo tratamento sob o controlo do titular dos dados”¹¹⁷. Para que esse propósito seja efetivamente conseguido, “os responsáveis pelo tratamento de dados deverão ser encorajados a desenvolver formatos interoperáveis que permitam a portabilidade de dados”¹¹⁸. O RGPD não define de que modo será feito esse encorajamento nem prevê sanções para os responsáveis que possam, eventualmente, criar obstáculos na transmissão de dados pessoais.

Importará aqui rever, com algum detalhe, um dos princípios relativos ao tratamento dos dados pessoais enunciados no art. 5.º do RGPD. O princípio da «minimização dos dados», consagrado na alínea c), do n.º 1 do supramencionado art. 5º, onde é estatuído que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados”. Ora, um responsável pelo tratamento poderá ceder a outro responsável, por via da portabilidade de dados, a outro responsável um sem número de dados pessoais que extravasam a finalidade do tratamento de dados que este irá fazer, pelo que “os dados aceites e conservados devem ser apenas os necessários e pertinentes para o serviço prestado pelo responsável pelo tratamento recetor”¹¹⁹. Os demais dados que possa, eventualmente, rececionar não deverão ser tratados nem tão pouco mantidos¹²⁰.

Não serão considerados dados pessoais “os dados criados pelo responsável pelo tratamento (com base nos dados observados ou diretamente inseridos), por exemplo um perfil de utilizador criado através de uma análise dos dados brutos de contagem inteligente recolhidos”¹²¹. Logo, estas informações não serão passíveis de portabilidade, embora o titular dos dados tenha o direito de aceder a esta informação, no exercício do seu direito à informação e ao acesso. Em suma, os dados passíveis de portabilidade serão os que digam respeito ao titular dos dados e que tenham sido por este fornecidos de forma consentida a um responsável pelo tratamento. Ressalvamos que o GT 29 considera ainda que “para potenciar ao máximo o valor deste novo direito, os dados

117 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 6.

118 Cfr. considerando (68) do RGPD.

119 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 8.

120 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 8.

121 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 11.

«fornecidos pelo» titular devem igualmente incluir os dados pessoais que sejam observados a partir das atividades dos utilizadores”¹²².

Importa clarificar a diferença entre o tratamento de dados criados pelo responsável pelo tratamento através da observação de atividades dos utilizadores e o tratamento de dados com recurso à simples recolha observacional de atividades dos utilizadores. O primeiro tipo de dados não será passível de portabilidade enquanto que o segundo sê-lo-á. Para melhor compreensão desta distinção, atentemos a um exemplo prático, v.g.; um prestador de serviços de *streaming* de música poderá eventualmente, criar um perfil a um utilizador através dos seus algoritmos tendo por base as músicas escutadas por esse mesmo utilizador – a sua atividade nesse *streaming*. Esse perfil embora construído através da observação de atividades do utilizador foi construído pelo fornecedor do serviço de *streaming*, logo, estes dados não são suscetíveis de virem a ser objeto de portabilidade. Já a listagem de músicas escutadas por um utilizador – a sua atividade no *streaming* – poderá ser-lhe útil caso decida mudar de prestador de serviços de *streaming* de música, poderá poupar-lhe horas na elaboração de novas *playlists*, e, por isso mesmo, poderá solicitar a portabilidade desses dados pessoais que são recolhidos pela simples observação da sua atividade.

Das orientações sobre o direito à portabilidade “o GT 29 recomenda, em especial, que os responsáveis pelo tratamento expliquem claramente a diferença entre os tipos de dados que um titular de dados pode receber no âmbito dos direitos de acesso e de portabilidade de dados”¹²³. Recomenda ainda que “os responsáveis pelo tratamento incluam sempre informações sobre o direito à portabilidade dos dados antes de os titulares dos dados encerrarem qualquer conta em seu nome”¹²⁴.

A segurança dos dados portáteis é garantida, em termos gerais, pelos responsáveis pelo tratamento “incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas», em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, alínea f), do RGPD, (...). Neste sentido, os responsáveis pelo tratamento devem

122 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 11.

123 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 15.

124 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 15.

avaliar os riscos específicos inerentes à portabilidade dos dados e tomar medidas adequadas a fim de atenuar os riscos. As medidas de atenuação dos riscos podem incluir as seguintes: se for desde logo necessário autenticar o titular dos dados, o recurso a informações adicionais de autenticação, como a partilha de um segredo, ou a outro método de autenticação, como uma senha utilizável uma única vez; a suspensão ou o congelamento da transmissão se houver suspeita de que a conta foi comprometida; em caso de transmissão direta entre responsáveis pelo tratamento deve ser utilizada uma autenticação por mandato, recorrendo, por exemplo, a um testemunho de autenticação”¹²⁵.

O prazo imposto para responder a um pedido de portabilidade será o estabelecido no art. 12.º, n.º 3, do RGPD, onde é instituído que “o responsável pelo tratamento fornece ao titular as informações sobre as medidas tomadas, mediante pedido apresentado nos termos dos artigos 15.º a 20.º, sem demora injustificada e no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. O responsável pelo tratamento informa o titular dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida por meios eletrónicos, salvo pedido em contrário do titular”.

O exercício do direito de portabilidade deverá ter caráter gratuito. No entanto, “se os pedidos apresentados por um titular de dados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu caráter repetitivo, o responsável pelo tratamento pode: (a) exigir o pagamento de uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações ou da comunicação, ou de tomada das medidas solicitadas; ou (b) recusar-se a dar seguimento ao pedido”, cfr. plasmado no n.º 5, do art. 12.º, do RGPD.

O titular dos dados poderá fazer um novo pedido de portabilidade de dados nos casos em que considerar que o pedido anterior não foi satisfeito totalmente, uma vez

125 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pp. 22-23.

que o direito de acesso, anteriormente explanado neste trabalho, deve ser respeitado de acordo com o plasmado no art. 15.º do RGPD¹²⁶.

O direito à portabilidade de dados poderá ter *nuances* que na prática poderão dificultar o exercício efetivo deste direito, limitando o seu exercício por parte dos titulares de dados, o que nos faz levantar algumas questões: Poderão os responsáveis pelo tratamento de dados exigir que para os novos tratamentos sejam os dados recolhidos por si, para evitarem possíveis enviesamentos de dados oriundos de outros responsáveis pelo tratamento? Poderão as seguradoras alegar “falhas informáticas momentâneas” para se esquivarem a esta transmissão de dados?

Neste momento, não será já possível uma resposta exata para estas questões, uma vez que o RGPD ainda não se encontra em vigor¹²⁷ e ainda existe também uma grande falta de informação junto dos utilizadores dos direitos que lhes são conferidos pelo RGPD. Porém, **“o GT 29 apela vivamente à cooperação entre as partes interessadas do setor e as associações comerciais, no sentido de colaborar no desenvolvimento de um conjunto comum de normas e formatos interoperáveis que permitam cumprir os requisitos do direito à portabilidade dos dados”**¹²⁸.

Acreditamos que se pode esperar um efetivo cumprimento dos dispostos referentes ao direito à portabilidade dos dados, bem como uma efetiva cooperação entre os diferentes responsáveis pelo tratamento de dados. Ainda assim, acreditamos que o legislador terá um caminho a percorrer nesta matéria, especificamente através da criação de mecanismos que venham blindar as boas práticas que viabilizem e garantam o efetivo exercício deste direito.

126 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 9.

127 Na data em que escrevemos.

128 Cfr. Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, pág. 21.

7 – O Direito ao Esquecimento

Estudaremos o direito à limitação do tratamento, o direito de oposição ao tratamento e o direito ao apagamento de dados no mesmo capítulo pela similar característica que o exercício destes três direitos possui. O exercício destes três direitos prevê que exista uma alteração ao consentimento para o tratamento de dados que em primeiro lugar havia legitimado o tratamento de dados pessoais. Observemo-lo detalhada e individualmente.

7.1 – O Direito à limitação do tratamento

O direito à limitação do tratamento encontra-se previsto no art. 18.º do RGPD, embora seja incorreto afirmar que se trata de um direito que surge *ex novo* com o RGPD, uma vez que se encontra já previsto na alínea b), do art. 12.º da Diretiva 95/46/CE, de 24 de outubro de 1995¹²⁹. O titular dos dados terá o direito de obter do responsável pelo tratamento a limitação do tratamento de dados que lhe digam respeito, nos casos em que se aplique uma das seguintes situações: (a) contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento verificar a sua exatidão; (b) o tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais e solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização; (c) o responsável pelo tratamento já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; (d) se tiver oposto ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 1, até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados¹³⁰.

129 O direito de limitação ao tratamento constituía um elemento integrante do direito de acesso. Era a possibilidade dada aos titulares dos dados de pedirem o bloqueio dos seus dados pessoais nas situações em que o tratamento não cumprisse com o disposto na Diretiva 95/46/CE, nomeadamente devido ao caráter incompleto ou inexato desses dados pessoais.

130 Cfr. n.º 1, do art. 18.º do RGPD.

Institui o n.º 2 do art. 18.º do RGPD que, “quando o tratamento tiver sido limitado nos termos do n.º 1, os dados pessoais só podem, à exceção da conservação, ser objeto de tratamento com o consentimento do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva, ou por motivos ponderosos de interesse público da União ou de um Estado-Membro”. Importa ressaltar que o titular que tenha obtido a limitação do tratamento dos seus dados pessoais com base num dos requisitos previstos no n.º 1, deverá ser informado pelo responsável pelo tratamento antes de anular a limitação ao referido tratamento de dados previsto no n.º 2 do art. 18.º do RGPD¹³¹.

O RGPD prevê, no n.º 3 do art. 12.º, que o responsável pelo tratamento de dados, após rececionar do utilizador um pedido de limitação ao tratamento de dados pessoais, terá de fornecer as informações sobre as medidas tomadas sem demora injustificada e no prazo de um mês a contar da data da receção do pedido¹³².

O responsável pelo tratamento de dados terá de comunicar a cada destinatário a quem os dados pessoais hajam sido transmitidos qualquer limitação do tratamento a que se tenha procedido, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Se o titular dos dados o solicitar, o responsável pelo tratamento fornece-lhe informações sobre os referidos destinatários, nos termos do disposto no art. 19.º do RGPD.

Resumindo, e para que os contornos deste direito não se fundam com os demais abordados neste capítulo, este direito à limitação do tratamento ocorre quando não se pretende que os dados pessoais sejam apagados, mas tão só se pretende uma limitação à sua utilização, ficando o tratamento¹³³ limitado à conservação dos mesmos.

131 Cfr. estatuído pelo n.º 3, do art. 18.º, do RGPD.

132 Dispõe ainda o mesmo normativo legal que “esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. O responsável pelo tratamento informa o titular dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida por meios eletrónicos, salvo pedido em contrário do titular”.

133 A simples conservação de dados pessoais configura tratamento de dados pessoais, cfr. prevê o n.º 2 do art. 4.º do RGPD. Relembremos que já aqui abordámos a definição de tratamento prevista no RGPD no início do Capítulo 3, *vide* pp. 18-19.

7.2 – O Direito de oposição

O direito de oposição é aquele que é conferido aos titulares dos dados para, a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular se oporem ao tratamento de dados que lhes digam respeito com base no art. 6.º, n.º 1, alínea e) ou f), ou no art. 6.º, n.º 4, abrangendo o exercício deste direito a definição de perfis que se baseiem nessas disposições, cfr. plasmado no n.º 1 do art. 21.º do RGPD. Após solicitação para o exercício do direito de oposição o responsável pelo tratamento de dados deverá cessar o tratamento de dados pessoais, “a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial”¹³⁴.

Sempre que o tratamento dos dados pessoais seja efetuado “para efeitos de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito para efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta”¹³⁵. Havendo oposição ao tratamento de dados por parte do seu titular “para efeitos de comercialização direta, os dados pessoais deixam de ser tratados para esse fim”¹³⁶. Quer isto dizer que o titular dos dados pode em dado momento consentir o tratamento dos seus dados pessoais a um responsável pelo tratamento para várias finalidades, e a qualquer momento poderá opor-se ao tratamento para alguma das finalidades para as quais havia anteriormente dado esse consentimento para o seu tratamento¹³⁷.

134 Cfr. redação da parte final do n.º 1, do art. 21.º, do RGPD.

135 Cfr. n.º 2, do art. 21.º, do RGPD.

136 Cfr. n.º 3, do art. 21.º, do RGPD.

137 Vejamos um exemplo do quotidiano, um titular de dados pessoais celebra, com uma operadora de telecomunicações, um contrato de prestação de serviços de comunicações eletrónicas. No momento em que celebra o contrato, o titular dos dados pode consentir no tratamento dos seus dados para diversos fins, v.g., para efeitos do cumprimento dos pressupostos contratuais e, para comercialização direta de pacotes de serviços complementares. Neste caso, o titular dos dados pessoais não se poderá opor ao tratamento dos seus dados pessoais para efeitos de cumprimento dos pressupostos contratuais (cfr. art. 22.º n.º 1, e n.º 2, alínea a), do RGPD), mas, a qualquer momento poderá opor-se a que os seus dados sejam objeto de tratamento para efeitos de comercialização direta. E não havendo razões imperiosas e legítimas para que esse tratamento prevaleça sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados (na situação

O direito de oposição não implicará automaticamente o apagamento dos dados nos termos do art. 17.º do RGPD, embora não seja impedimento para o exercício desse direito, ou seja, poderão estes direitos ser exercidos de forma concomitante, desde que o exercício dos mesmos seja solicitado individualmente.

Este direito deverá ser apresentado de modo claro e distinto de quaisquer outras informações, o mais tardar no momento da primeira comunicação ao titular dos dados, cfr. dispõe o n.º 4, do art. 21.º, do RGPD.

O titular dos dados poderá ainda exercer este direito através de meios automatizados, utilizando especificações técnicas¹³⁸, no contexto de utilização dos serviços da sociedade de informação sem prejuízo do disposto na Diretiva 2002/58/CE¹³⁹, como resulta do plasmado no n.º 5 do art. 21.º do RGPD.

Sempre que “os dados pessoais forem tratados para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, nos termos do artigo 89.º, n.º 1, o titular dos dados tem o direito de se opor, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito, salvo se o tratamento for necessário para a prossecução de atribuições de interesse público”¹⁴⁰.

Pese embora o RGPD não tenha instituído um prazo para o responsável pelo tratamento de dados dar resposta a uma solicitação de exercício do direito de oposição, parece-nos que se aplicará o disposto no n.º 3 do art. 12.º do RGPD¹⁴¹, ou seja, um mês a contar da data da receção do pedido, podendo esse prazo ser prorrogado até dois meses, quando necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e número de pedidos que o responsável para o tratamento tenha em análise.

hipotética que analisamos parece não haver), o tratamento dos dados pessoais para o fim a que o titular se opôs terá de cessar, pois cessou a autorização que havia sido dada e que fundamentava aquele tratamento de forma legítima.

138 As especificações técnicas a que se refere este disposto normativo não estão ainda definidas, pelo que o exercício deste direito poderá estar ainda limitado por esta via.

139 Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas.

140 Cfr. art. 21.º, n.º 6, do RGPD.

141 Uma vez que os prazos de resposta para o exercício dos direitos previstos no Capítulo III do RGPD são regulados por este disposto.

Este direito foi reconhecido em diversas ocasiões na mais variada jurisprudência da UE¹⁴², como por exemplo, no mediático processo que opunha a gigante mundial Google Inc. e Google Spain SL à Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González, este processo data de 13 de maio de 2014¹⁴³ e recorreremos a ele para a explanação que fizemos neste subcapítulo.

O processo C-131/12, acima aludido, tem como origem um pedido que M. Costeja González fez para que os seus dados pessoais fossem suprimidos ou ocultados¹⁴⁴ dos resultados de pesquisa do Google. Segundo a Google Spain e a Google Inc., a atividade dos motores de busca não configura um tratamento de dados, uma vez que os resultados que apresentam são páginas de *web* de terceiros, que se limitam a exhibir, não havendo seleção entre dados pessoais e outras informações¹⁴⁵. Será unânime “que essa atividade dos motores de busca tem um papel decisivo na difusão global dos referidos dados, na medida em que os torna acessíveis a qualquer internauta que efetue uma pesquisa a partir do nome da pessoa em causa, incluindo aos internautas que, de outra forma, não teriam encontrado a página web onde esses mesmos dados são publicados”¹⁴⁶.

142 O direito de oposição do titular dos dados pessoais não surge *ex novo* com o RGPD, encontrava-se já previsto no art. 14.º da Diretiva 95/46/CE, que o RGPD vem substituir e revogar, bem como no art. 12.º da LPDP.

143 Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Seção), Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014, disponível *in* <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>, acedido a 14 de abril de 2018.

144 Especificamente uma ligação do jornal La Vanguardia, nas quais figurava um anúncio de venda de imóveis em hasta pública decorrente de um arresto com vista à recuperação de dívidas à Segurança Social, que mencionava o nome de M. Costeja González e que datava de 1998, cfr. se lê nos pontos 14 e 15 do acórdão. A publicitação destes dados estava legalmente justificada com o facto de a mesma ter sido efetuada por ordem do Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais e teve por finalidade a publicitação da venda em hasta pública onde se expecta almejar o maior número possível de licitantes (cfr. ponto 16 do acórdão do Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014).

145 Cfr. redação do ponto 22, do acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Seção), Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014, disponível *in* <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>, acedido a 14 de abril de 2018.

146 Cfr. nota 36, do acórdão do processo do Tribunal de Justiça (Grande Seção), Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014, disponível *in* <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>, acedido a 14 de abril de 2018.

Declarou o Tribunal de Justiça¹⁴⁷ que “a atividade de um motor de busca que consiste em encontrar informações publicadas ou inseridas na Internet por terceiros, indexá-las automaticamente, armazená-las temporariamente e, por último, pô-las à disposição dos internautas por determinada ordem de preferência deve ser qualificada de «tratamento de dados pessoais», na aceção do artigo 2.º, alínea b), quando essas informações contenham dados pessoais, e que, por outro lado, o operador desse motor de busca deve ser considerado «responsável» pelo dito tratamento, na aceção do referido artigo 2.º, alínea d)”. Declarou também que “o operador de um motor de busca é obrigado a suprimir da lista de resultados, exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa, as ligações a outras páginas *web* publicadas por terceiros e que contenham informações sobre essa pessoa, também na hipótese de esse nome ou de essas informações não serem prévia ou simultaneamente apagadas dessas páginas *web*, isto, se for caso disso, mesmo quando a sua publicação nas referidas páginas seja, em si mesma, lícita”.

Com a entrada em vigor do RGPD a resposta a questões similares às que o Tribunal de Justiça estudou e concedeu no acórdão de 13 de maio de 2014 referente ao Processo C-131/12, ficam simplificadas, pois o RGPD é muito mais claro e abrangente na sua redação do que a Diretiva 95/46/CE que o antecedeu. Acreditamos que o facto de o direito de oposição se ter autonomizado em art. próprio se poderá justificar pela existência da mais diversa jurisprudência a responder a questões como as que abordámos. Relembremos que um dos fins que o RGPD pretende almejar é a uniformização do tratamento de dados pessoais na UE e que, referentemente ao direito de oposição esse fim será, à partida, conseguido.

7.3 – O Direito a Ser Esquecido

O direito a ser esquecido é o modo pelo qual o direito ao apagamento de dados é comumente conhecido e encontra-se previsto no art. 17º do RGPD. Este artigo é extenso

147 No acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Seção), Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014, disponível in <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>, acedido a 14 de abril de 2018.

e não deverá ser estudado solitariamente e individualmente, há um conjunto relativamente vasto de outras normas do RGPD que deverão acompanhar esse estudo.

Será incorreto afirmar que o direito a ser esquecido surge *ex novo* no catálogo de direitos pelo RGPD. O direito ao apagamento de dados pessoais encontrava-se já previsto na Diretiva 95/46/CE¹⁴⁸, que o RGPD vem substituir e revogar; na alínea b) do art. 12.^{o149}, este direito vinha consagrado como elemento integrante do direito de acesso.

Pode ler-se no considerando (65) que “os titulares de dados deverão ter direito a que os seus dados pessoais sejam apagados e deixem de ser objeto de tratamento se deixarem de ser necessários para a finalidade para a qual foram recolhidos ou tratados, se os titulares dos dados retirarem o seu consentimento ou se opuserem ao tratamento de dados pessoais que lhes digam respeito ou se o tratamento dos seus dados pessoais não respeitar o disposto no presente regulamento. Esse direito assume particular importância quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento quando era criança e não estava totalmente ciente dos riscos inerentes ao tratamento, e mais tarde deseje suprimir esses dados pessoais, especialmente na Internet. O titular dos dados deverá ter a possibilidade de exercer esse direito independentemente do facto de já ser adulto¹⁵⁰”.

Dispõe o n.º 1 do art. 17.º que “o titular tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, e este tem a obrigação de apagar os dados pessoais, sem demora injustificada, quando se aplique um dos seguintes motivos: (a) os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento; (b) o titular retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea a) e se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento; (c) o titular opõe-se ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 1, e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento, ou o titular

148 A LPDP, que transpunha para a ordem jurídica interna a Diretiva 95/46/CE, consagrava a ser esquecido na alínea d), do n.º 1 do seu art. 11.º, onde estatuiu que “o titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados”.

149 “Os Estados-Membros garantirão às pessoas em causa o direito de obterem do responsável pelo tratamento, consoante o caso, a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente diretiva, nomeadamente ao carácter incompleto ou inexato desses dados”.

150 Já aqui abordámos o tratamento de dados pessoais referentes menores, *vide* nota n.º 53, pág. 18.

opõe-se ao tratamento nos termos do artigo 21.º, n.º 2; (d) os dados pessoais foram tratados ilicitamente; (e) os dados pessoais têm de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente do direito da União ou de um Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; (f) os dados pessoais foram recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação referida no artigo 8.º, n.º 1”.

O RGPD prevê no n.º 3 do art. 12.º, que o responsável pelo tratamento de dados, após rececionar do utilizador um pedido apagamento de dados pessoais do utilizador, terá de fornecer as informações sobre as medidas tomadas sem demora injustificada e no prazo de um mês a contar da data da receção do pedido¹⁵¹.

Institui o n.º 2 do art. 17.º que, “quando o responsável pelo tratamento tiver tornado públicos os dados pessoais e for obrigado a apagá-los nos termos do n.º 1, toma as medidas que forem razoáveis¹⁵², incluindo de carácter técnico, tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação, para informar os responsáveis pelo tratamento efetivo dos dados pessoais de que o titular dos dados lhes solicitou o apagamento das ligações para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos”.

O direito ao apagamento dos dados pessoais não se aplicará na medida em que o tratamento dos mesmos “se revele necessário: (a) ao exercício da liberdade de expressão e de informação; (b) ao cumprimento de uma obrigação legal que exija o tratamento prevista pelo direito da União ou de um Estado-Membro a que o responsável esteja sujeito, ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que esteja investido o responsável pelo tratamento; (c) por motivos de interesse público no domínio da saúde pública, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alíneas h)

151 Dispõe ainda o mesmo normativo legal que “esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. O responsável pelo tratamento informa o titular dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês a contar da data de receção do pedido. Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida por meios eletrónicos, salvo pedido em contrário do titular”.

152 A definição de razoabilidade empregue na redação deste disposto normativo ficará ao cargo do responsável pelo tratamento de dados. Acreditamos que a não definição de razoabilidade no RGPD, para efeitos de aplicabilidade efetiva do direito de apagamento de dados pessoais poderá limitar o exercício desse direito, e será contrária a um dos motivos que levou à génese do RGPD: a uniformização do tratamento de dados na UE.

e i), bem como do artigo 9.º, n.º 3; (d) para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, nos termos do artigo 89.º, n.º 1, na medida em que o direito referido no n.º 1 seja suscetível de tornar impossível ou prejudicar gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento; ou (e) para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial”¹⁵³.

O responsável pelo tratamento de dados terá de comunicar a cada destinatário a quem os dados pessoais hajam sido transmitidos qualquer apagamento a que se tenha procedido, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Se o titular dos dados o solicitar, o responsável pelo tratamento fornece-lhe informações sobre os referidos destinatários, nos termos do disposto no art. 19.º do RGPD.

153 Cfr. plasmado no n.º 3 do art. 17.º, do RGPD.

8 – Mecanismos para a Efetivação da Proteção dos Dados dos Utilizadores

O capítulo VIII do RGPD regulamenta as vias de recurso, responsabilidade e sanções. Será, naturalmente, neste capítulo que os titulares dos dados poderão encontrar as normas que visam garantir o efetivo cumprimento das demais disposições que constituem o regulamento.

O art. 77.º do RGPD dispõe sobre o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo sempre que o titular considerar que o tratamento de dados que lhe digam respeito violou o RGPD. O titular dos dados poderá apresentar a sua reclamação junto da autoridade de controlo do Estado-membro onde habitualmente reside, onde exerce a sua atividade laboral ou mesmo no Estado-membro onde considera que os seus direitos fundamentais consagrados pelo regulamento não foram respeitados. A autoridade de controlo que tiver rececionado a reclamação informará o autor da mesma sobre o andamento daquela, bem como se a reclamação poderá servir de base para intentar uma ação judicial contra a própria autoridade de controlo.

O RGPD é um regulamento relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais. Contudo, no n.º 1 do art. 78.º, prevê-se que “todas as pessoas singulares ou coletivas têm direito à ação judicial contra as decisões juridicamente vinculativas das autoridades de controlo que lhes digam respeito”¹⁵⁴, ou seja, este direito de interpor ação judicial contra as autoridades de controlo é ecuménico, sendo conferido aos titulares dos dados, na mesma medida e proporção que será conferido às organizações que efetuam o tratamento dos diversos dados pessoais. O n.º 2 do mesmo disposto normativo institui que “os titulares dos dados têm direito à ação judicial se a autoridade de controlo competente nos termos dos artigos 55.^{o155} e 56.^{o156}

154 Cfr. letra da lei do n.º 1, do art. 78.º do RGPD.

155 Art. 55.º do RGPD, “1. As autoridades de controlo são competentes para prosseguir as atribuições e exercer os poderes que lhes são conferidos pelo presente regulamento no território do seu próprio Estado-Membro. 2. Quando o tratamento for efetuado por autoridades públicas ou por organismos privados que atuem ao abrigo do artigo 6.º, n.º 1, alínea c) ou e), é competente a autoridade de controlo do Estado-Membro em causa. Nesses casos, não é aplicável o artigo 56.º. 3. As autoridades de controlo não têm competência para controlar operações de tratamento efetuadas por tribunais que atuem no exercício da sua função jurisdicional”.

não tratar a reclamação ou não informar o titular dos dados, no prazo de três meses, sobre o andamento ou o resultado da reclamação que tenha apresentado nos termos do art. 77.^o. No n.º 3 do art. 78.^o do RGPD vem regulamentado que “os recursos contra as autoridades de controlo são interpostos nos tribunais do Estado-Membro em cujo território se encontrem estabelecidas”¹⁵⁷ e o n.º 4 complementa explicitando que “quando for interposto recurso de uma decisão de uma autoridade de controlo que tenha sido precedida de um parecer ou uma decisão do Comité no âmbito do procedimento de controlo da coerência, a autoridade de controlo transmite esse parecer ou decisão ao tribunal”¹⁵⁸.

Os titulares dos dados têm a faculdade de apresentarem recurso administrativo ou extrajudicial, *v.g.*, a apresentação de reclamação junto da autoridade de controlo, nos termos do art. 77.^o do RGPD, sem que sejam impossibilitados da via judicial sempre que “considerarem ter havido violação dos direitos que lhes assistem nos termos do

156 Art. 56.^o do RGPD, “1. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.^o, a autoridade de controlo do estabelecimento principal ou do estabelecimento único do responsável pelo tratamento ou do subcontratante é competente para agir como autoridade de controlo principal para o tratamento transfronteiriço efetuado pelo referido responsável pelo tratamento ou subcontratante nos termos do artigo 60.^o. 2. Em derrogação do n.º 1, cada autoridade de controlo é competente para tratar reclamações que lhe sejam apresentadas ou a eventuais violações do presente regulamento se a matéria em apreço estiver relacionada apenas com um estabelecimento no seu Estado-Membro ou se afetar substancialmente titulares de dados apenas no seu Estado-Membro. 3. Nos casos previstos no n.º 2 do presente artigo, a autoridade de controlo informa sem demora do assunto a autoridade de controlo principal. No prazo de três semanas a contar do momento em que tiver sido informada, a autoridade de controlo principal decide se trata o caso, nos termos do artigo 60.^o, tendo em conta se há ou não algum estabelecimento do responsável pelo tratamento ou subcontratante no Estado-Membro sobre o qual a autoridade de controlo a tenha informado. Quando a autoridade de controlo principal decide tratar o caso, aplica-se o procedimento previsto no artigo 60.^o. A autoridade de controlo que tiver informado a autoridade de controlo principal pode apresentar a esta última um projeto de decisão. A autoridade de controlo principal tem esse projeto na melhor conta quando prepara o projeto de decisão referido no artigo 60.^o, n.º 3. Quando a autoridade de controlo principal decide tratar o caso, aplica-se o procedimento previsto no artigo 60.^o. A autoridade de controlo que tiver informado a autoridade de controlo principal pode apresentar a esta última um projeto de decisão. A autoridade de controlo principal tem esse projeto na melhor conta quando prepara o projeto de decisão referido no artigo 60.^o, n.º 3. 4. Quando a autoridade de controlo principal decide tratar o caso, aplica-se o procedimento previsto no artigo 60.^o. A autoridade de controlo que tiver informado a autoridade de controlo principal pode apresentar a esta última um projeto de decisão. A autoridade de controlo principal tem esse projeto na melhor conta quando prepara o projeto de decisão referido no artigo 60.^o, n.º 3. 5. Caso a autoridade de controlo principal decida não tratar o caso, é a autoridade de controlo que a informou que o trata, nos termos dos artigos 61.^o e 62.^o. 6. A autoridade de controlo principal é o único interlocutor do responsável pelo tratamento ou do subcontratante no tratamento transfronteiriço efetuado pelo referido responsável pelo tratamento ou subcontratante”.

157 Cfr. art. 78, n.º 3 do RGPD.

158 Cfr. art. 78, n.º 4 do RGPD.

presente regulamento, na sequência do tratamento dos seus dados pessoais efetuado em violação do referido regulamento”¹⁵⁹.

No que respeita à competência territorial¹⁶⁰ os recursos contra os responsáveis pelo tratamento dos dados ou os subcontratantes deverão ser propostos nos tribunais do Estado-Membro em que o responsável pelo tratamento de dados ou os subcontratantes se encontrem estabelecidos, ou ainda nos tribunais do Estado-Membro onde o titular dos dados tenha a sua residência habitual¹⁶¹, excetuando ações judiciais em que o responsável pelo tratamento de dados ou o subcontratante seja uma autoridade de um Estado-Membro no exercício dos seus poderes públicos.

O art. 80.º, n.º 1, do RGPD institui que “o titular dos dados tem o direito de mandar um organismo, organização ou associação sem fins lucrativos, que esteja devidamente constituído ao abrigo do direito de um Estado-Membro, cujos objetivos estatutários sejam do interesse público e cuja atividade abranja a defesa dos direitos e liberdades do titular dos dados no que respeita à proteção dos seus dados pessoais, para, em seu nome, apresentar reclamação, exercer os direitos previstos nos artigos 77.º, 78.º e 79.º”, e se estiver previsto no direito do Estado-Membro, o organismo, organização ou associação sem fins lucrativos poderá ainda “exercer o direito de receber uma indemnização referido no artigo 82.º”¹⁶². Os Estados-Membros, na eventualidade de considerarem que os direitos dos titulares dos dados, nos termos do RGPD, foram violados, “podem prever que o organismo, a organização ou a associação referidos no n.º 1 do presente artigo, independentemente de um mandato conferido pelo titular dos dados, tenham nesse Estado-Membro direito a apresentar uma reclamação à autoridade de controlo competente nos termos do artigo 77.º e a exercer os direitos a que se referem os artigos 78.º e 79.º”¹⁶³.

159 Cfr. parte final do n.º 1, do art. 79.º do RGPD.

160 Cfr. dispõe o art. 79.º, n.º 2, do RGPD.

161 O nosso C.C. dispõe no seu art. 82.º, sob a epígrafe «Domicílio voluntário geral» que “1. A pessoa tem domicílio no lugar da sua residência habitual; se residir alternadamente, em diversos lugares, tem-se por domiciliada em qualquer deles. 2. Na falta de residência habitual, considera-se domiciliada no lugar da sua residência ocasional ou, se esta não puder ser determinada, no lugar onde se encontra”. Será este, em princípio, o conceito que irá reger os tribunais em território nacional para se declararem competentes territorialmente.

162 Cfr. parte final do n.º 1, do art. 80.º, do RGPD.

163 Cfr. redação do art. 80.º, n.º 1, do RGPD.

O processo poderá ser suspenso, nos termos do plasmado no art. 81.º, “Caso esteja pendente num tribunal de outro Estado-Membro um processo relativo ao mesmo assunto no que se refere às atividades de tratamento do mesmo responsável pelo tratamento ou subcontratante o tribunal onde a ação foi intentada em segundo lugar pode suspender o seu processo”¹⁶⁴. O processo poderá ser suspenso a fim de se confirmar a existência de processo similar noutro Estado-Membro¹⁶⁵, “caso o referido processo esteja pendente em primeira instância, o tribunal onde a ação foi intentada em segundo lugar pode igualmente declinar a sua competência, a pedido de uma das partes, se o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em primeiro lugar for competente para conhecer dos pedidos em questão e a sua lei permitir a respetiva apensação”¹⁶⁶.

Dispõe o n.º 1 do art. 82.º do RGPD que “qualquer pessoa que tenha sofrido danos materiais ou imateriais devido a uma violação do presente regulamento tem direito a receber uma indemnização do responsável pelo tratamento ou do subcontratante pelos danos sofridos”. Será responsável pelos danos causados por um tratamento que viole o RGPD qualquer responsável que tenha a seu cargo esse mesmo tratamento, cfr. resulta do plasmado no art. 82.º, n.º 1, do RGPD. O subcontratante será responsabilizado pelos dados causados pelo tratamento unicamente quando “não tiver cumprido as obrigações decorrentes do presente regulamento dirigidas especificamente aos subcontratantes¹⁶⁷ ou se não tiver seguido as instruções lícitas do responsável pelo tratamento”¹⁶⁸. Provando que a incidente que provocou os danos não é infração sua, o responsável pelo tratamento ou o subcontratante ficarão isentos de responsabilidade nos termos do n.º 2 do art. 82.º do RGPD¹⁶⁹.

Sempre que “mais do que um responsável pelo tratamento ou subcontratante, ou um responsável pelo tratamento e um subcontratante, estejam envolvidos no mesmo tratamento e sejam, nos termos dos n.ºs 2 e 3, responsáveis por eventuais danos causados pelo tratamento, cada responsável pelo tratamento ou subcontratante é responsável pela

164 Cfr. n.º 2, do art. 81.º, do RGPD.

165 Cfr. art. 81.º, n.º 1, do RGPD.

166 Art. 81.º, n.º 3, do RGPD.

167 As obrigações dirigidas ao subcontratante encontram-se plasmadas nos arts. 27.º, 28.º e nos considerandos (18), (22), (24), (81), (82), (83), (95), (97), (98) e, (99), do RGPD.

168 Art. 82.º, n.º 2, do RGPD.

169 Cfr. redação do n.º 3 do art. 82.º do RGPD.

totalidade dos danos, a fim de assegurar a efetiva indemnização do titular dos dados”¹⁷⁰. Quando um responsável pelo tratamento ou um subcontratante tenha pago integralmente uma indemnização por danos sofridos em correspondência com previsto no n.º 4, ele “tem o direito de reclamar a outros responsáveis pelo tratamento ou subcontratantes envolvidos no mesmo tratamento a parte da indemnização correspondente à respetiva parte de responsabilidade pelo dano em conformidade com as condições previstas no n.º 2”¹⁷¹. Todos “os processos judiciais para exercer o direito de receber uma indemnização são apresentados perante os tribunais competentes nos termos do direito do Estado-Membro a que se refere o artigo 79.º, n.º 2”¹⁷², já aqui abordado por nós.

O art. 83.º do RGPD estabelece as condições gerais para a aplicação de coimas, trata-se de um artigo extenso e complexo. Atentemos.

Às autoridades de controlo caberá assegurar “que a aplicação de coimas nos termos do presente artigo relativamente a violações do presente regulamento a que se referem os n.ºs 4, 5 e 6 é, em cada caso individual, efetiva, proporcionada e dissuasiva”¹⁷³.

Dispõe o n.º 2 do art. 83.º, do RGPD que “consoante as circunstâncias de cada caso, as coimas são aplicadas para além ou em vez das medidas referidas no artigo 58.º, n.º 2, alíneas a) a h) e j)”¹⁷⁴. Ao decidir sobre a aplicação de uma coima e sobre o montante

170 N.º 4, do art. 82.º, do RGPD.

171 Cfr. redação da parte final do n.º 5, do art. 82.º, do RGPD.

172 Art. 82.º, n.º 6, do RGPD.

173 Cfr. n.º 1, do art. 83.º, do RGPD.

174 Cfr. resulta do plasmado nestes dispostos normativos “cada autoridade de controlo dispõe dos seguintes poderes de correção junto do responsável pelo tratamento ou subcontratante: (a) fazer advertências no sentido de que as operações do tratamento previstas são suscetíveis de violar as disposições do presente regulamento, (b) fazer repreensões sempre que as operações de tratamento tiverem violado as disposições do presente regulamento, (c) ordenar que satisfaça os pedidos de exercício de direitos apresentados pelo titular dos dados nos termos do presente regulamento, (d) ordenar que tome medidas para que as operações de tratamento cumpram as disposições do presente regulamento e, se necessário, de forma específica e dentro de um prazo determinado, (e) ordenar que comunique ao titular dos dados uma violação de dados pessoais – esta ordem será sempre dirigida ao responsável, especificamente –, (f) impor uma limitação temporária ou definitiva ao tratamento de dados, ou mesmo a sua proibição, (g) ordenar a retificação ou o apagamento de dados pessoais ou a limitação do tratamento nos termos do art. 17.º, n.º 2, e do art. 19.º, (h) retificar certificação ou ordenar ao organismo de certificação que retire uma certificação emitida nos termos dos arts 42.º e 43.º, ou ordenar ao organismo de certificação que não emita uma certificação se os requisitos de certificação não estiverem ou deixarem de estar cumpridos e, (j) ordenar a suspensão do envio de dados para destinatários em países terceiros ou para organizações internacionais”. Para efeitos da investigação que ora apresentamos, é da maior

da coima em cada caso individual, é tido em devida consideração o seguinte: (a) a natureza, a gravidade e a duração da infração tendo em conta a natureza, o âmbito ou o objetivo do tratamento de dados em causa, bem como o número de titulares de dados afetados e o nível de danos por eles sofridos; (b) o caráter intencional ou negligente da infração; (c) a iniciativa tomada pelo responsável pelo tratamento ou pelo subcontratante para atenuar os danos sofridos pelos titulares; (d) o grau de responsabilidade do responsável pelo tratamento ou do subcontratante tendo em conta as medidas técnicas ou organizativas por eles implementadas nos termos dos artigos 25.º e 32.º¹⁷⁵; (e) quaisquer infrações pertinentes anteriormente cometidas pelo responsável pelo tratamento ou pelo subcontratante; (f) o grau de cooperação com a autoridade de controlo, a fim de sanar a infração e atenuar os seus eventuais efeitos negativos; (g) as categorias específicas de dados pessoais afetadas pela infração; (h) a forma como a autoridade de controlo tomou conhecimento da infração, em especial se o responsável pelo tratamento ou o subcontratante a notificaram, e em caso afirmativo, em que medida o fizeram; (i) o cumprimento das medidas a que se refere o artigo 58.º, n.º 2, caso as mesmas tenham sido previamente impostas ao responsável pelo tratamento ou ao subcontratante em causa relativamente à mesma matéria; (j) o cumprimento de códigos de conduta aprovados nos termos do artigo 40.º ou de procedimento de certificação aprovados nos termos do artigo 42.º; e (k) qualquer outro fator agravante ou atenuante aplicável às circunstâncias

importância salientar a alínea c), do n.º 2, do art. 58.º, do RGPD, uma vez que é uma via à disposição da autoridade de controlo para acautelar diretamente os direitos dos titulares dos dados.

175 O art. 25.º do RGPD, sob a epígrafe «Proteção de dados desde a conceção e por defeito», dispõe no seu n.º 1, que, “tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos da sua aplicação, e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento dos dados, bem como os riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades das pessoas singulares, cuja probabilidade e gravidade podem ser variáveis, o responsável pelo tratamento aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas adequadas, como a pseudonimização, destinadas a aplicar com eficácia os princípios da proteção de dados, tais como a minimização, e a incluir as garantias necessárias no tratamento, de uma forma que este cumpra os requisitos do presente regulamento e proteja os direitos dos titulares dos dados”, enquanto no seu n.º 2 do mesmo disposto é instituído que caberá ao responsável pelo tratamento a aplicação de “medidas técnicas e organizativas para assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados pessoais que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento. Essa obrigação aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade. Em especial, essas medidas asseguram que, por defeito, os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares”. No nosso entender, o art. 32.º do RGPD, sob a epígrafe «Segurança no tratamento» é um art. complementar ao art. 25.º e também é, no fundo, o seu concretizador.

do caso, como os benefícios financeiros obtidos ou as perdas evitadas, direta ou indiretamente, por intermédio da infração”.

Nas situações em que o “responsável pelo tratamento ou o subcontratante violar, intencionalmente ou por negligência, no âmbito das mesmas operações de tratamento ou de operações ligadas entre si, várias disposições do presente regulamento, o montante total da coima não pode exceder o montante especificado para a violação mais grave”¹⁷⁶, ou seja, a coima não poderá exceder os 20 000 000 EUR ou, na eventualidade de ser uma empresa, até 4 % do seu volume de negócios anual mundial referente ao exercício do ano anterior, conforme o montante que for mais elevado¹⁷⁷.

Os n.ºs 4 e 5 do art. 83.º do RGPD preveem coimas de valores distintos; a diferença nos montantes enunciados prender-se-á com a gravidade da violação cometida. Vejamos individualmente.

O n.º 4 do art. 83.º do RGPD prevê a aplicação de coimas até 10 000 000 EUR ou, no caso de uma empresa, até 2% do seu volume de negócios anual mundial referente ao exercício financeiro do ano anterior, cfr. o que tiver montante superior para situações em que sejam violadas: (a) as obrigações do responsável pelo tratamento e do subcontratante nos termos dos artigos 8.º, 11.º, 25.º a 39.º e 42.º e 43.º, (b) as obrigações do organismo de certificação nos termos dos artigos 42.º e 43.º e, (c) as obrigações do organismo de supervisão nos termos do artigo 41.º, n.º 4.

Já no n.º 5 do art. 83.º do RGPD prevê-se a aplicação de coimas até 20 000 000 EUR ou, no caso de uma empresa, até 4% do seu volume de negócios anual mundial referente ao exercício financeiro do ano anterior, cfr. o que tiver montante superior para situações em que sejam violadas: (a) os princípios básicos do tratamento, incluindo as condições de consentimento, nos termos dos artigos 5.º, 6.º, 7.º e 9.º, (b) os direitos dos titulares dos dados nos termos dos artigos 12.º a 22.º, (c) as transferências de dados pessoais para um destinatário num país terceiro ou uma organização internacional, nos termos dos artigos 44.º a 49.º, (d) as obrigações nos termos do direito do Estado-

176 Cfr. instituído pelo n.º 3, do art. 83.º, do RGPD.

177 Cfr. previsto nos n.ºs 5 e 6, do art. 83.º, do RGPD.

Membro adotado ao abrigo do capítulo IX¹⁷⁸, (e) o incumprimento de uma ordem de limitação, temporária ou definitiva, relativa ao tratamento ou à suspensão de fluxos de dados, emitida pela autoridade de controlo nos termos do artigo 58.º, n.º 2, ou o facto de não facultar acesso, em violação do artigo 58.º, n.º 1.

Quando não seja cumprida “uma ordem emitida pela autoridade de controlo a que se refere o artigo 58.º, n.º 2, está sujeito, em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, a coimas até 20 000 000 EUR ou, no caso de uma empresa, até 4 % do seu volume de negócios anual a nível mundial correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante mais elevado”¹⁷⁹. O não cumprimento de uma ordem provinda de uma autoridade de controlo implicará, à partida, que o exercício de práticas incorretas vem sendo feito de modo reiterado e continuado ao longo do tempo, daí que o valor das coimas seja tão severo. Aos Estados-Membros será possível instituir internamente “normas que permitam determinar se e em que medida as coimas podem ser aplicadas às autoridades e organismos públicos estabelecidos no seu território”¹⁸⁰.

O exercício das competências atribuídas às autoridades de controlo pelo art. 83.º ficarão sujeitas “às garantias processuais adequadas nos termos do direito da União e dos Estados-Membros, incluindo o direito à ação judicial e a um processo equitativo”¹⁸¹

O n.º 9 do art. 83.º do RGPD regulamenta que sempre que o sistema jurídico de um Estado-Membro não haja previsto coimas poderá aplicar-se o disposto no art. 83.º¹⁸², “de modo a que a coima seja proposta pela autoridade de controlo competente e imposta pelos tribunais nacionais competentes, garantindo ao mesmo tempo que estas medidas jurídicas corretivas são eficazes e têm um efeito equivalente às coimas impostas

178 O capítulo IX regulamenta as disposições relativas a situações específicas de tratamento.

179 Cfr. redação do n.º 6, do art. 83.º, do RGPD.

180 Cfr. redação do n.º 7, do art. 83.º, do RGPD.

181 Cfr. instituído pelo n.º 8, do art. 83.º, do RGPD.

182 Faremos, aqui, uma pequena anotação ressaltando o plasmado no considerando (151), onde é referido que “os sistemas jurídicos da Dinamarca e da Estónia não conhecem as coimas tal como são previstas no presente regulamento. As regras relativas às coimas podem ser aplicadas de modo que a coima seja imposta, na Dinamarca, pelos tribunais nacionais competentes como sanção penal e, na Estónia, pela autoridade de controlo no âmbito de um processo por infração menor, na condição de tal aplicação das regras nestes Estados-Membros ter um efeito equivalente às coimas impostas pelas autoridades de controlo. Por esse motivo, os tribunais nacionais competentes deverão ter em conta a recomendação da autoridade de controlo que propõe a coima. Em todo o caso, as coimas impostas deverão ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas”, cfr. o instituído pelo n.º 1, do art. 83.º, do RGPD.

pelas autoridades de controlo. Em todo o caso, as coimas impostas devem ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas. Os referidos Estados-Membros notificam a Comissão das disposições de direito interno que adotarem nos termos do presente número até 25 de maio de 2018 e, sem demora, de qualquer alteração subsequente das mesmas”¹⁸³.

Caberá aos Estados-Membros o estabelecimento de “regras relativas às outras sanções aplicáveis em caso de violação do disposto no presente regulamento, nomeadamente às violações que não são sujeitas a coimas nos termos do artigo 83.º, e tomam todas as medidas necessárias para garantir a sua aplicação. As sanções previstas devem ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas”¹⁸⁴, garantindo-se, assim um *rendez-vous* do previsto no n.º 1 do art. 83.º. Dispõe o n.º 2 do art. 84.º que “os Estados-Membros notificam a Comissão das disposições do direito interno que adotarem nos termos do n.º 1, até 25 de maio de 2018 e, sem demora, de qualquer alteração subsequente das mesmas”. Ora, a proposta de lei que irá regulamentar estas matérias na ordem jurídica portuguesa ainda se encontra em discussão na Assembleia da República. Ainda assim, a proposta de lei prevê a existência de contraordenações muito graves e graves, prevendo ainda que a determinação da coima seja feita pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, que ficará também responsável pela fiscalização do efetivo cumprimento de todo o RGPD nas organizações onde seja feito tratamento de dados pessoais.

As vias de recurso, as incumbências de responsabilização por danos causados pelo tratamento de dados pessoais e as sanções explanadas ao longo deste capítulo preveem robustecer a concretização do RGPD, e para que tal venha efetivamente a ocorrer “deverão ser impostas sanções, incluindo coimas, por violação do presente regulamento, para além, ou em substituição, das medidas adequadas que venham a ser impostas pela autoridade de controlo nos termos do presente regulamento. Em caso de infração menor, ou se o montante da coima suscetível de ser imposta constituir um encargo desproporcionado para uma pessoa singular, pode ser feita uma repreensão em vez de ser aplicada uma coima. Importa, porém, ter em devida conta a natureza, gravidade e duração da infração, o seu caráter doloso, as medidas tomadas para atenuar os danos

183 Cfr. redação do n.º 9 do art. 83.º, do RGPD.

184 Cfr. disposto no n.º 1 do art. 84.º, do RGPD.

sofridos, o grau de responsabilidade ou eventuais infrações anteriores, a via pela qual a infração chegou ao conhecimento da autoridade de controlo, o cumprimento das medidas ordenadas contra o responsável pelo tratamento ou subcontratante, o cumprimento de um código de conduta ou quaisquer outros fatores agravantes ou atenuantes. A imposição de sanções, incluindo coimas, deverá estar sujeita às garantias processuais adequadas em conformidade com os princípios gerais do direito da União e a Carta, incluindo a proteção jurídica eficaz e um processo equitativo”¹⁸⁵.

185 Cfr. redação do considerando (148), do RGPD.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a realização deste trabalho foi de um grau de complexidade elevado, consequência do parco período temporal de que dispusemos para recolha e tratamento de bibliografia, bem como para subsequente elaboração cuidada do trabalho escrito que aqui se apresenta. A esta condicionante temporal somou-se a ainda muito recente entrada em vigor do RGPD¹⁸⁶, e, por isso mesmo, tornou-se impossível o tratamento de jurisprudência com fundamento legal no regulamento por a mesma ser, à data, inexistente.

A bibliografia centrada unicamente nesta temática é, à data, também, inexistente, uma vez mais fruto da recente entrada em vigor do RGPD. A bibliografia a que conseguimos ter acesso aborda apenas tangencialmente a matéria central em que enfocámos a nossa investigação, sendo que acabámos por nos alicerçar quase exclusivamente no RGPD e nos respetivos considerandos.

Após nos debruçarmos atentamente sobre as diversas temáticas que constituem esta investigação, bem como sobre as profundas alterações legais que se verificam com a entrada em vigor do “novo” RGPD, podemos concluir que o legislador teve em consideração “as diferenças no nível de proteção dos direitos e das pessoas singulares, nomeadamente do direito à proteção dos dados pessoais no contexto do tratamento desses dados nos Estados-Membros”¹⁸⁷, pelo que acreditamos que o caminho mais acertado já se encontra a ser percorrido.

A nosso ver, o RGPD foi elaborado de modo deliberadamente incompleto em determinadas matérias para que os Estados-Membros, com base no que é a sua realidade, pudessem fazer exercício da sua soberania e produzissem legislação interna para complementar a aplicabilidade do RGPD. Ora, à data de hoje, em território nacional tal ainda não se verificou, embora tenham já decorrido dois anos desde a aprovação e publicação do RGPD.

186 Embora o diploma tenha sido aprovado e publicado na primeira metade do ano de 2016, apenas entrou em vigor a 25 de maio de 2018, ou seja, 6 dias antes da entrega deste trabalho.

187 Cfr. considerando (9), do RGPD.

O exercício dos direitos dos utilizadores que explicitámos ao longo da nossa investigação encontra-se limitado em território nacional, uma vez que não existe uma autoridade de controlo com competência para fiscalização e determinação de coimas¹⁸⁸.

Na nossa opinião, a implementação do RGPD nas mais diversas organizações que realizam tratamento de dados pessoais deverá ser feita por equipas multidisciplinares constituídas por juristas e informáticos – devido à complexidade específica que é exigida em cada uma destas áreas –, a fim de que se consiga uma completa e correta implementação do RGPD.

A questão a que nos propusemos responder no início deste trabalho “Quais os direitos dos utilizadores que advêm do RGPD?” encontra respostas ao longo de todo o nosso trabalho e acreditamos ter conseguido respostas claras e objetivas sobre os direitos dos utilizadores, e sobre o modo de como estes os podem exercer. Em suma, os direitos dos utilizadores que advêm do RGPD são: o direito de acesso aos dados pessoais, o direito de atualização e retificação de dados pessoais, o direito à portabilidade de dados, o direito à limitação do tratamento de dados, o direito de oposição ao tratamento de dados e, o direito a ser esquecido.

Em suma, os direitos dos utilizadores que advêm do RGPD são: o direito de acesso aos dados pessoais; o direito de atualização e retificação de dados pessoais; o direito à portabilidade de dados; o direito à limitação do tratamento de dados; o direito de oposição ao tratamento e o direito a ser esquecido.

Sabendo, exatamente, o que é necessário proteger e garantir, acreditamos que será substancialmente, mais fácil de o fazer. Pretendemos também que esta investigação possa vir a sensibilizar os titulares dos dados pessoais dos direitos que lhes são consagrados pelo RGPD, a fim de que os venham efetivamente a exercer e reivindicar.

188 Que, na verdade, à data, são também inexistentes, uma vez que a proposta de lei ainda se encontra em discussão na Assembleia da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia:

- BUSSCHE, Axel Von Dem e, VOIGT, Paul (2017), *The EU General Data Protection Regulation (GDPR)*, Springer;
- CANOTILHO, J.J. Gomes, e, MOREIRA, Vital (2014), *Constituição da República Portuguesa Anotada – Vol. I*, 4.^a Edição, Coimbra Editora.
- CASTRO, Catarina Sarmiento e (2005), *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*, Edições Almedina SA.;
- FUSTER, Gloria González (2014), *The Emergence of Personal Data Protection as a Fundamental Right of the EU*, Law, Governance and Technology Series 16, Springer;
- GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008), “Direito Comunitário”, 5.^a Edição, Edições Almedina, S.A.;
- GUERRA, Amadeu (2001), “A Lei da Proteção de Dados Pessoais”, in ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO DIREITO INTELECTUAL, *Direito da Sociedade de Informação Vol. II*, Coimbra Editora, pp. 145-169;
- Guidelines on consent under Regulation 2016/679, 17/EN, WP 259 rev. 01, com ultima redação revista e adotada em 10 de abril de 2018, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados;
- Guidelines on Personal data breach notification under Regulation 2016/679, 18/EN, WP 250 rev. 01, com a última redação revista e adotada em 6 de fevereiro de 2018, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados;
- MARTINS, Ana Maria Guerra (2014), “Manual de Direito da União Europeia”, Edições Almedina, S. A.;
- MASSON, Antoine e, NIHOUL, Paul (2012), “Direito da União Europeia, Direito Institucional e Direito Material”, Edições Piaget.
- MELLO, Alberto de Sá (1999), “Tutela Jurídica das Bases de Dados”, in ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO DIREITO INTELECTUAL, *Direito da Sociedade de Informação Vol. I*, Coimbra Editora, pp. 111-161;

- Orientações sobre o direito à portabilidade dos dados, 16/PT, WP 242 rev. 01, com a última redação revista e adotada em 5 de abril de 2017, emitidas pelo Grupo do Artigo 29.º para a Proteção de Dados;
- Parecer 15/2011, 01197/11/PT, WP187, sobre a definição de consentimento, adotado em 13 de julho de 2011, emitido pelo Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do Artigo 29.º;
- PORTO, Manuel Carlos Lopes (2016), “Teoria da Integração e Políticas da União Europeia”, 5.ª Edição, Edições Almedina, S.A.;
- RIQUINHO, Ana Luísa, VENTURA, Catarina Sampaio, ANDRADE, J. C. Vieira de, CANOTILHO, J. J. Gomes, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, RAMOS, R. M. Moura, e MOREIRA, Vital (2001), *Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia*, Coimbra Editora.

Netografia:

- http://ec.europa.eu/justice/data-protection/index_en.htm;
- http://ec.europa.eu/justice/data-protection/reform/index_en.htm;
- http://ec.europa.eu/newsroom/document.cfm?doc_id=44100;
- http://ec.europa.eu/newsroom/just/item-detail.cfm?item_id=50083 ;
- <http://ec.europa.eu/newsroom/article29/news-overview.cfm> ;
- https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-constitutes-data-processing_pt ;
- https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/rights-citizens/my-rights/what-are-my-rights_pt .

Jurisprudência:

- Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção), Processo C-131/12, de 13 de maio de 2014, disponível *in* <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>, acedido a 14 de abril de 2018.

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 5 de novembro de 2013 (Ana Barata Brito), Processo n.º 679/05.7TAEVR.E2, disponível *in* <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/e73273ac5593613880257de10056fc81?OpenDocument>, acedido a 29 de maio de 2018.